

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

JOSÉ ALCIDES ALBUQUERQUE GEMIESKI

ESTRATÉGIAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO DOS 5 MAIORES BANCOS
DA ECONOMIA BRASILEIRA DURANTE A PANDEMIA (2020-2021)

SEROPÉDICA

2022

JOSÉ ALCIDES ALBUQUERQUE GEMIESKI

ESTRATÉGIAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO 5 MAIORES BANCOS
DA ECONOMIA BRASILEIRA DURANTE A PANDEMIA (2020-2021)

Monografia apresentada no curso graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, curso de Economia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientação: Prof. Antônio José Alves Junior

SEROPÉDICA

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Os seguintes dados são necessários para a sua elaboração: folha de rosto, resumo com as palavras-chave, número de páginas.

É elaborada pela bibliotecária da UFRRJ e é o verso da folha de rosto.

JOSÉ ALCIDES ALBUQUERQUE GEMIESKI

ESTRATÉGIAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO DOS 5 MAIORES BANCOS DA
ECONOMIA BRASILEIRA DURANTE A PANDEMIA (2020-2021)

Monografia apresentada no curso graduação
da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas,
curso de Economia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia.

Data da defesa: 11/05/2022

Resultado:

Banca Examinadora

Antonio José Alves Junior

UFRRJ

Debora Mesquita Pimentel

UFRRJ

Marcelo Pereira Fernandes

UFRRJ

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, pela minha vida e principalmente por ter chegado até aqui. A minha mãe por ter me dado todo o suporte desde a minha infância até os dias de hoje, por apoiar o meu sonho e me incentivar a ir atrás dele. A minha irmã por estar sempre comigo e aos familiares de forma geral. Aos meus amigos de longa data e principalmente aos que fiz na Universidade por terem tornado o trajeto menos difícil. A minha namorada que me deu força e suporte emocional durante o período de produção da monografia. E por último, mas não menos importante, aos meus professores durante todos os períodos da faculdade, em especial ao meu orientador, por todo conhecimento, ensinamento, correções e ajuda que foram essenciais no meu processo de formação profissional.

LISTA DE SIGLAS

BB – Banco do Brasil

BC – Banco Central

COPOM – Comitê de Política Monetária

EMC – Eficiência Marginal do Capital

FGTS – Fundo de Garantia do Trabalho Social

FMI – Fundo Monetário Internacional

MEI – Microempreendedor Individual

PIB – Produto Interno Bruto

PME – Pequenas e Médias Empresas

SFN – Sistema Financeiro Nacional

RESUMO

A pandemia do Covid-19 rapidamente se alastrou pelo mundo inteiro, a qual obrigou medidas de isolamento social, ocasionando um hiato repentino da atividade econômica. Diante disso, o Conselho Monetário Nacional em conjunto com o Banco Central do Brasil, com objetivo de diminuir o impacto do efeito da crise, atuaram na liberação de capital e liquidez para os bancos, cujo programa emergencial foi prorrogações de prazo para financiamento e empréstimo para pessoas físicas e jurídica. Segundo o economista Minsky, criador da hipótese da instabilidade financeira essas economias possibilitam que instituições financeiras e empresas conjecturem com seus fluxos de caixa futuros. Desta forma, é interessante a disponibilização de empréstimo para pessoa física e jurídica, tal aspecto financeiro proporciona um item de cálculo de taxa de juros da operação, sendo este aditivo ao risco de mercado que é relacionado a flutuações imprevistas nas receitas previstas do devedor e, portanto, intrínseco a qualquer empréstimo. Portanto, se essas expectativas são otimistas, a tendência é que tenha mais crédito disponível no mercado, juros menores e um alto grau de exposição a potenciais calotes. O presente trabalho tem como objetivo, através da análise de dados do período, entender o porquê de ter ocorrido um movimento contrário dos bancos ao representado na teoria no período de crise e verificar se as estratégias utilizadas por eles para saírem desse momento de incerteza foram idênticas ou não.

Palavra-chave: Macroeconomia. Teoria de Minsky. Crise econômica.

ABSTRACT

The Covid-19 pandemic quickly spread across the world, which forced social isolation measures, causing a sudden hiatus in economic activity. In view of this, the National Monetary Council together with the Central Bank of Brazil, with the objective of reducing the impact of the crisis effect, acted in the release of capital and liquidity for the banks, whose emergency program was extensions of the term for financing and loans for natural and legal persons. According to economist Minsky, creator of the financial instability hypothesis, these economies allow financial institutions and companies to conjecture with their future cash flows. In this way, it is interesting to make loans available to individuals and companies, such financial aspect provides an item for calculating the interest rate of the operation, which is an additive to the market risk that is related to unforeseen fluctuations in the debtor's expected income and, therefore intrinsic to any loan. Therefore, these expectations are optimistic, the trend is that there will be more credit available in the market, lower interest rates and a high degree of exposure to potential defaults. The present work aims, through the analysis of data from the period, to verify why there was this opposite movement of banks in the period of crisis and what situations made this increase in the availability of credit possible. In addition, to verify if the strategies used by them to get out of this moment of uncertainty with high profitability were identical or not.

Keyword: Macroeconomics. Minsky's Theory. Economic crisis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 – TEORIA DA INSTABILIDADE FINANCEIRA DE MISNKY.....	12
1.1 A ECONOMIA MONETÁRIA DE PRODUÇÃO.....	12
1.2 A ESTABILIDADE É DESESTABILIZADORA.....	13
1.3 AS TRÊS ESTRUTURAS FINANCEIRAS DE MINSKY.....	13
1.4 MOMENTO MINSKY.....	16
1.5 QUESTÕES FINANCEIRAS.....	16
1.6 A RELAÇÃO ENTRE CONCORRÊNCIA BANCÁRIA E INSTABILIDADE FINANCEIRA.....	17
CAPÍTULO 2 – MACROECONOMIA NO CONTEXTO GERAL.....	18
2.1 AS MEDIDAS GOVERNAMENTAIS ADOTADAS DURANTE A PANDEMIA.....	19
2.1.1 PROGRAMAS DESTINADOS A PESSOA FÍSICA.....	19
2.1.2 PROGRAMAS DESTINADOS A PESSOA JURÍDICA.....	20
2.1.3 POLÍTICAS MACROECONÔMICAS.....	21
2.2 AUSTRIDADE FINANCEIRA APÓS COVID-19.....	22
2.3 AGENDA DE COMPROMETIMENTO COM AUSTRIDADE FISCAL.....	23
CAPÍTULO 3 – ESTRATÉGIAS QUE OS BANCOS UTILIZAM PARA SAIR DA CRISE.....	28
3.1 ESTRATÉGIA BANCÁRIA.....	30
3.2 ANÁLISE DOS 5 MAIORES BANCO DA ECONOMIA BRASILEIRA.....	30
CONCLUSÃO.....	46

INTRODUÇÃO

A epidemia de SARS-CoV-2 começou na cidade de Wuhan, na China, em dezembro de 2019, mas rapidamente se espalhou pelo mundo (OPAS, 2021). Cientistas e pesquisadores assumiram posições relacionadas à atenção, ao cuidado e a redução das aflições e óbitos dos seres humanos, sendo estes propagadores com atitudes irrefletidas e negligentes.

Na tentativa de embarreirar sua transmissibilidade, as nações se viram na urgência de proteger seus cidadãos por meio do isolamento social, ocasionando um hiato repentino da atividade econômica. Objetivando reduzir o impacto dos efeitos da crise, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil atuaram na liberação de liquidez e capital para os bancos e, posteriormente, na implantação de alguns programas emergenciais de crédito e prorrogações de prazos de empréstimos e financiamentos para pessoas físicas e jurídicas. Tais medidas colaboraram para que as taxas de inadimplência ficassem abaixo das observadas em 2019. (DIESEE, 2021).

O economista americano Hyman Minsky elaborou a Hipótese da Instabilidade Financeira (HIF), que resulta em uma teoria inerente a economias monetárias que possuam um sistema financeiro minimamente desenvolvido. Segundo ele, essas economias possibilitam que instituições financeiras e empresas conjecturem com seus fluxos de caixa futuros. Portanto, são disponibilizados empréstimos a pessoas físicas e jurídicas no presente em troca da perspectiva de remuneração, através de juros e amortizações, no futuro (MINSKY, 1992)

Inúmeros financiamentos são concedidos apesar da disponibilidade de pagamento de quem está requisitando o crédito se apresentar incapaz de honrá- los. Nesses casos em específico, ocorre uma previsão de refinanciamento ao fim do período contratado, onde as instituições financeiras passam corre mais risco devido as novas condições de preço e prazo. Esse aspecto puramente financeiro proporcionará um item de cálculo de taxa de juros da operação, sendo este aditivo ao risco de mercado que é relacionado a flutuações imprevistas nas receitas previstas do devedor e, portanto, intrínseco a qualquer empréstimo (MINSKY, 1992).

As expectativas de lucros futuros determinam as posições de instituições financeiras no que tange a disponibilidade de crédito. Portanto, se essas expectativas são otimistas, a tendência é que tenha mais crédito disponível no mercado, juros menores e um alto grau de exposição a potenciais calotes. Se as expectativas são

pessimistas, a predisposição seria de menos crédito disponível, juros mais altos e um grau de exposição a potenciais calotes sensivelmente baixo (MINSKY, 1992)

Entretanto, não foi observado esse comportamento teorizado por Minsky durante o período de pandemia no Brasil. Em 2020, o Sistema Financeiro Nacional (SFN) aumentou a oferta de crédito em 15,6% em relação ao estoque de crédito do ano anterior. Em 2021, se manteve a expansão de crédito no mercado, com um aumento de 16,5% na comparação com 2020. Ainda segundo o Banco Central (BC), a alta de 16,5% foi a maior para o crédito bancário em um ano fechado desde 2011. Naquele ano, o volume total do crédito bancário avançou 18,8% (EPOCA NEGÓCIOS, 2022).

Outro fator relevante para a análise é o perfil de quem está solicitando o crédito. Em 2021, o crédito livre para pessoas jurídicas alcançou R\$1,3 trilhão, expansão de 18,3% no ano, desacelerando após um crescimento de 21,2% em 2020. O crédito livre às famílias, ou pessoas físicas, atingiu R\$ 1,5 trilhão, apresentando aceleração ao crescer 22,8% em 2021, após crescimento de 10,8% em 2020. (EPOCA NEGÓCIOS, 2022).

O presente trabalho objetiva, através da análise de dados do período, verificar porque houve esse movimento contrário dos bancos no período de crise e que situações possibilitaram esse aumento da disponibilidade de crédito. Além disso, verificar se as estratégias utilizadas por eles para saírem desse momento de incerteza com lucratividade alta foram idênticas ou não.

No primeiro capítulo, será apresentada a Hipótese da Instabilidade Financeira. Esta representa o pensamento de Minsky acerca da instabilidade gerada pela estabilidade financeira em economias capitalistas e se tornou um elemento central da escola Pós-keynesiana. Além disso, será apresentado teoricamente como se dá a concorrência bancária e quais as variáveis que surgem a partir dela.

No segundo capítulo, será realizada uma análise do contexto macroeconômico geral dos anos de 2019, 2020 e 2021, analisando mais profundamente que políticas públicas foram realizadas para aliviar a crise causada pela covid-19, o crescimento ou decréscimo econômico e quais foram as operações financeiras que mais cresceram durante esse período.

Na terceira parte do trabalho, dados dos objetos de estudo serão inseridos, buscando analisar que tipo de estratégia cada um utilizou para sair da crise, quais tipos de créditos foram mais ofertados, qual foi o perfil dos tomadores de crédito e qual banco disponibilizou mais empréstimos durante o período de crise.

CAPÍTULO 1 – TEORIA DA INSTABILIDADE FINANCEIRA DE MISNKY

1.1 A ECONOMIA MONETÁRIA DE PRODUÇÃO

Minsky, ao desenvolver seu modelo teórico, associa-se com o economista John Maynard Keynes em alguns pontos. O primeiro é reconhecer a relevância das evidências empíricas não apreendidas por outros modelos, como o modelo clássico. O segundo é a escolha por desenvolver um modelo capaz de incluir as evidências não explicadas pelo modelo clássico, a partir de fundamentos econômicos alternativos. Por fim, o terceiro é a perspectiva intervencionista sobre o papel do estado nos determinantes da demanda agregada, em detrimento da perspectiva liberal. (ALVES JUNIOR, 2019)

Minsky se dedica a incluir instabilidade como evento possível no corpo da teoria econômica ao formular a hipótese da instabilidade financeira (HIF). A HIF revela uma propriedade da economia monetária, que é a tendência inerente à instabilidade, quando os agentes econômicos que a compõem passam a agir - no que se refere à decisão de investir e de financiar o investimento - induzidos primordialmente pelos incentivos de mercado. (ALVES JUNIOR, 2019)

.A possibilidade e a consistência da HIF, de Minsky, depende de uma formulação alternativa à visão convencional dos fundamentos abstratos da economia, uma vez que a instabilidade não é um de seus resultados esperados. O autor busca, então, essa concepção alternativa de economia, apoiando-se na obra de Keynes. Entretanto, ele confere maior ênfase aos aspectos financeiros e ao papel dos bancos, no que tange à oferta e à demanda de moeda. (ALVES JUNIOR, 2019),

Portanto, o funcionamento do modelo teórico de Minsky só é possível em uma economia monetária de produção, conforme descrita por Keynes. Não há espaço para a teoria da instabilidade financeira em uma economia clássica, por exemplo, visto que a moeda é neutra e o mercado tende ao equilíbrio, saindo desse ponto apenas por choques externos. A teoria de Minsky, aliás, reconhece que as economias não são estáveis e que o próprio sistema capitalista causa crise econômica.

1.2 A ESTABILIDADE É DESESTABILIZADORA

A ideia principal de Minsky é simples e apenas uma frase é necessária para explicá-la: estabilidade é desestabilizadora. A maioria dos macroeconomistas trabalha com o que eles chamam de "modelos de equilíbrio". A ideia é que uma economia de mercado moderna seja fundamentalmente estável. Isso não significa que nada nunca muda, mas sim que cresce de forma constante. (MINSKY, 1987).

Para que ocorra uma crise econômica ou um “boom” repentino, algum tipo de choque externo deve ocorrer, seja um aumento nos preços do petróleo, uma guerra ou a invenção da internet. Minsky não concordou com este postulado, pois acreditava que o próprio sistema pode ser abalado por sua própria dinâmica interna. (MINSKY, 1982).

Ele achava que durante os períodos de estabilidade econômica, bancos, empresas e outros agentes econômicos se tornavam complacentes. Eles assumem que os bons tempos estão aqui para ficar e começam a correr mais riscos para aumentar seus lucros. Por isso, as bombas da próxima crise são armadas nos bons tempos e vão estourar anos mais a frente. (MINSKY, 1987).

Contudo, vale ressaltar que o modelo de Minsky é um modelo de fragilização, e não de previsão de crises, como resalta Alves Junior (2019, p.36):

“(...) Quanto mais frágil é uma economia, menor é a sua capacidade de absorver um choque econômico sem que as relações financeiras se rompam. Não obstante, o modelo de Minsky é um modelo de fragilização, e não um modelo para previsão de crises. A ideia de fragilização significa que, a cada dia, a susceptibilidade de uma economia a uma crise frente a um choque de magnitude constante aumenta, ou que os agentes econômicos subestimam crescentemente a probabilidade de ocorrência de um choque.”

1.3 AS TRÊS ESTRUTURAS FINANCEIRAS DE MINSKY

Minsky tem uma teoria - "a hipótese da instabilidade financeira" – que os agentes econômicos estruturam suas operações financeiras levando em conta a incerteza sobre o futuro. Ele os chamou de *hedge*, *especulativo* e *Ponzi*. No estágio inicial, logo após uma crise, os bancos e os mutuários são cautelosos. Os empréstimos são de montantes modestos e o mutuário pode reembolsar o empréstimo inicial e os juros. Nenhuma empresa toma empréstimos que não possa cobrir com

seus lucros esperados em cada momento do fluxo financeiro. Os bancos não emprestam seus recursos, a menos que esperem que a firma conseguirá pagar seus empréstimos com seus lucros.

Com o aumento da confiança, ligado à redução da incerteza e a aceleração do ritmo da atividade econômica, as empresas começam a fazer investimentos de maior porte, mais complexos e mais caros. Começam a surgir, por exemplo, mais investimentos em infraestrutura e fábricas de grande porte frente ao capital da firma investidora. Em geral, investimentos dessa natureza só começam a gerar caixa suficiente para cobrir as amortizações e os juros algum tempo depois de sua construção. Os bancos, por sua vez, mesmo diante desse fato, passam a levar em conta as garantias oferecidas e as linhas de crédito ponte pré-contratadas. Normalmente, o mutuário oferece garantias que estão aumentando de valor e linhas de crédito de bancos de primeira linha. Exige-se, como indicador de performance, que as empresas possam cobrir os juros da dívida e parte da amortização com base em seus lucros, nos momentos iniciais dos financiamentos.

Finalmente, quando a crise anterior já faz parte da memória do passado e os agentes econômicos passam a contar com o crescimento continuado, a ousadia empresarial, que mira cada vez mais nas possibilidades de lucro com o crescimento econômico, ampliam fortemente sua demanda por financiamento. Os bancos, por sua vez, considerando que o histórico dos tomadores melhorou com a retomada econômica, aceita que empresas se financiem mesmo que durante as primeiras fases não consigam sequer pagar os juros. Neste ponto, os bancos fazem empréstimos a empresas ou indivíduos que não podem pagar o dinheiro inicial ou os juros, tudo isso é feito na crença de que os preços dos bens vão subir.

Para Minsky, assim que termina uma crise, as empresas e instituições financeiras se encontram tão retraídas que as operações de financiamento são modestas, isto é, apresentam margens de segurança entre os compromissos financeiros (juros mais amortizações) e os lucros. Caso os juros subam, as empresas e bancos serão afetados apenas indiretamente, isto é, serão impactados pela redução dos lucros empresariais caso o aumento de juros leve a economia à recessão.

No caso de uma parte considerável dos agentes econômicos serem do tipo speculative, sabe-se que um conjunto de empresários não consegue pagar integralmente os primeiros compromissos financeiros contratados. Eles terão de acionar os empréstimos-ponte, com juros definidos no momento em que houver o

desembolso. Se os juros se mantiverem estáveis, as empresas conseguirão pegar dinheiro emprestado para cobrir seus financiamentos. Como fluxo de caixa prevê o pagamento dos juros e parte da amortização, mesmo com o acionamento dos empréstimos ponte, a dívida cairá. No entanto, a coisa pode piorar se os juros subirem.

Numa economia em que há muitos agentes speculative, uma elevação de juros a afetará indiretamente e diretamente. O aumento dos juros, ao desestimular o consumo e os investimentos, enfraquecerá os lucros das empresas, que terão mais dificuldade de pagar seus empréstimos. Acontece que as especulativas já sabiam que não conseguiriam pagar mesmo seus empréstimos. Com a queda dos lucros sua situação piora. Mas o que é grave mesmo é o efeito direto do aumento dos juros.

Uma empresa especulativa precisará – ela e o banco credor sabem disso desde o começo – pegar empréstimos ponte ou acionar linhas de crédito emergenciais para cobrir as primeiras prestações. Ocorre que, se os juros subirem, os custos financeiros subirão junto. A empresa se verá envolvida com financiamentos mais caros (da parte não paga, claro) do que originalmente. Se esse efeito for muito expressivo, o projeto financiado ou até mesmo a empresa poderão se tornar inadimplentes. Os juros enfraquecerão os lucros, pelo efeito-renda, e poderão estar na raiz de uma crise financeira, caso as empresas tenham despesas financeiras muito significativas.

Tudo isso é ainda mais agravado no caso de empresas do tipo Ponzi, uma vez que, se tudo corresse bem, ela não conseguiria pagar sequer os juros. Seu endividamento é do tipo “bola de neve”, isto é, cresce ao longo do tempo. Normalmente, excluindo as pirâmides financeiras e outras operações ilegais, essa atividade está ligada à especulação com commodities ou à atividade de incorporação imobiliária. O investidor não conta com os lucros do processo, mas com o aumento do valor do ativo investido.

Minsky, portanto propõe que, em uma economia sob incerteza, períodos de crescimento geram as forças que a impulsionarão fortemente, mas que, também, erodirão as bases da estabilidade. A instabilidade, dessa forma, é gerada endogenamente.

1.4 MOMENTO MINSKY

O "momento Minsky" é um termo usado por economistas que descreve o momento em que a instabilidade acontece de fato. As operações *Ponzi* baseiam-se no aumento do valor dos ativos e quando este eventualmente começa a cair, os mutuários e os bancos percebem que existem dívidas no sistema que nunca poderão ser recuperadas. As pessoas correm para vender mercadorias, o que faz com que os preços caiam ainda mais. (MINSKY, 1982).

Os bancos continuam concedendo empréstimo e, quando percebem que não estão mais com uma segurança grande de recuperar o dinheiro dessas concessões de dinheiro, que é onde exatamente ocorre o momento Minsky, começa a tentativa desesperada por renegociação e recuperar o máximo que puder do valor concedido. (MINSKY, 1987). Foi o que aconteceu na crise de 2008 nos Estados Unidos e onde as ideias de Minsky passaram a ser mais valorizadas.

1.5 QUESTÕES FINANCEIRAS

Até há relativamente pouco tempo, a maioria dos macroeconomistas não estava muito interessada nos detalhes mais sutis dos sistemas bancário e financeiro. Eles os viam como um intermediário que transferia dinheiro de quem poupava para quem tomava emprestado.

Algo como a maioria das pessoas que não estão interessadas nos detalhes das tubulações e outras estruturas, desde que o chuveiro funcione. Enquanto houver água quente e não faltar água, não há necessidade de entender as minúcias de seu funcionamento.

Para Minsky, os bancos não eram apenas tubos, mas algo como um motor. Ou seja, não apenas intermediários para movimentar dinheiro através de um sistema, mas instituições interessadas em gerar lucros com incentivo para emprestar. Esta é a parte do mecanismo que torna as economias instáveis. (MINSKY, 1982).

1.6 A RELAÇÃO ENTRE CONCORRÊNCIA BANCÁRIA E INSTABILIDADE FINANCEIRA

Na concorrência do sistema financeiro, em regra, quanto maior a concorrência no setor, mais eficiente são as instituições e quanto maior a concorrência na oferta de crédito, menor será a taxa dos juros. (FREITAS, 1997).

A concorrência desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de toda a atividade econômica. Especificamente, o desenvolvimento do sistema financeiro é favorecido com maior participação das unidades econômicas e com mais incentivos à competição. Consequentemente, essas medidas são capazes de gerar um mercado mais dinâmico e uma ampla diversificação de serviços e produtos financeiros. (FREITAS, 1997).

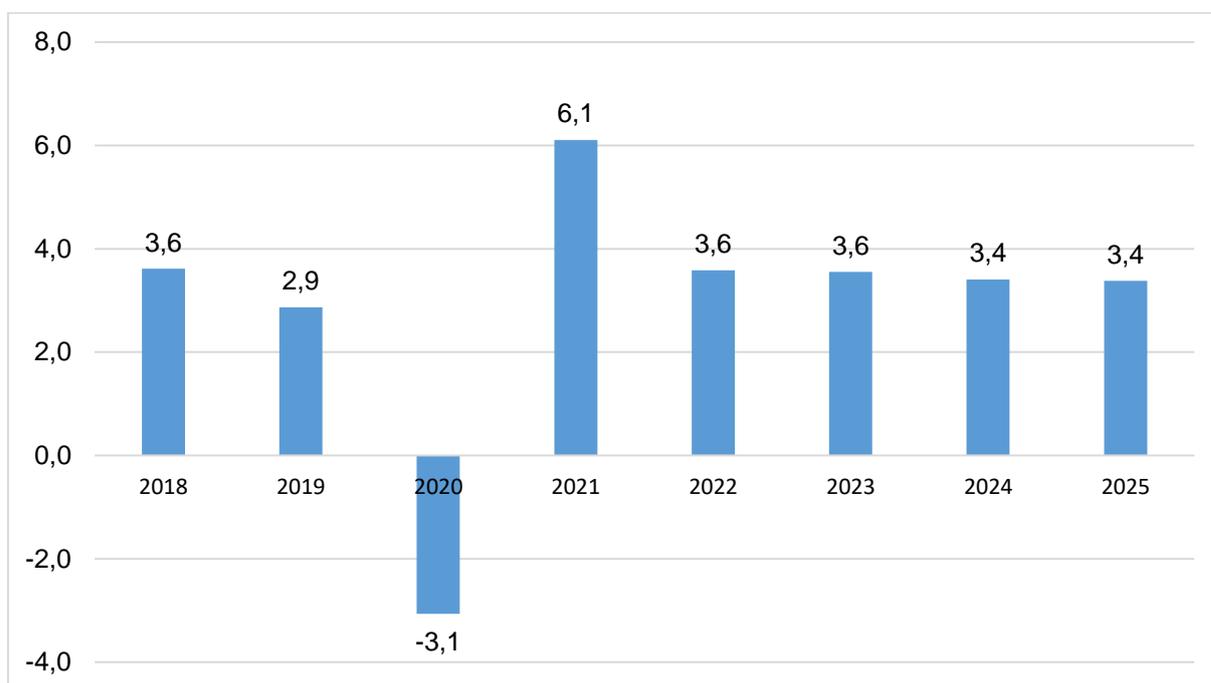
Porém, devido aos bancos terem o poder de criar moeda de crédito, são motores centrais da instabilidade financeira causada devido a concessão de crédito sem a exigência de garantias minimamente seguras para os cumprimentos dos contratos de concessão. Essas concessões, que ocorrem em períodos otimistas, são consequências da concorrência bancária na busca por novas fontes de lucro, o que viria para os bancos no formato de juros sobre os valores emprestados. (FREITAS, 1997).

O maior problema seria a não existência de limitações físicas para ofertar seu produto principal que é a moeda e o crédito. Por esse motivo, é comum que, em momentos de otimismo, os bancos tendam a oferecer mais crédito do que seria prudente fazer em relação ao risco intrínseco na operação financeira. (FREITAS, 1997).

CAPÍTULO 2 – MACROECONOMIA NO CONTEXTO GERAL

A crise econômica da pandemia do Covid-19, mais especificamente, foi sentida em vários países. De acordo com o World Economic Outlook, April/2022, o crescimento da economia mundial foi duramente impactado, caindo cerca de 3,1% em 2020, ainda que a recuperação tenha sido bastante significativa em 2021 (+6,1%).

Gráfico 1: Crescimento do PIB mundial



Fonte: WORLD ECONOMIC OUTLOOK DATABASE

Evidentemente, o modo como cada país ou Estado foi afetado dependeu de suas características próprias, como estrutura econômica, inserção internacional e suas políticas econômica e sanitária. A economia brasileira de fato teve um grande tombo histórico. De acordo com Fagundes, Felício e Sciarretta (2021), essa queda foi de 4,3%, cujo patamar similar foi baseado nas duas piores taxas de crescimento do PIB do Brasil, em 1981, com -4,25% e em 1990, com -4,35%.

O primeiro semestre foi o mais marcante na crise da pandemia do Covid-19, ou seja, de março até junho, aproximadamente 1,6 milhões de empregos celetista foram eliminados. Sendo assim, nota-se que o impacto da pandemia em relação ao emprego formal foi gigantesco, isto é, mais de 4% dos empregados com carteira assinada foram excluídos do mercado de trabalho. (FAGUNDES; FELÍCIO; SCIARRETTA, 2021)

2.1 AS MEDIDAS GOVERNAMENTAIS ADOTADAS DURANTE A PANDEMIA

Devido ao impacto causado pela pandemia de Covid-19, foram adotadas medidas governamentais para minimizar os impactos financeiros sofridos pela população brasileira.

Foram realizados e desenvolvidos programas para pessoa física, pessoa jurídica e políticas macroeconômicas para melhoramento da economia. Abordaremos nesse capítulo as principais medidas adotadas em cada uma.

2.1.1 PROGRAMAS DESTINADOS A PESSOA FÍSICA

Conforme a pandemia foi se alastrando e seus efeitos econômicos sendo cada vez piores, o governo brasileiro anunciou, em abril de 2020, o lançamento do Auxílio Emergencial, benefício aprovado por lei para minimizar os impactos econômicos da pandemia na população de baixa renda. O Auxílio previa o pagamento de 3 parcelas de R\$ 600 reais por pessoa, sendo que apenas maiores de 18 anos sem carteira assinada, autônomos, MEIs (microempreendedores individuais), desempregados ou contribuintes individuais da Previdência poderiam receber o benefício. (UOL, 2020).

Além disso, a lei permitia a prorrogação do mesmo enquanto durasse o estado de calamidade pública causado pela pandemia (UOL, 2020). Em julho, foi assinado um decreto pelo Presidente Jair Bolsonaro para ampliação do benefício por mais 2 meses no mesmo valor do anterior. Em setembro do mesmo ano, foi prorrogado mais uma vez até dezembro de 2020, porém com um valor menor de R\$ 400 reais por pessoa. (GOVERNO DO BRASIL, 2020). Após isso, foi prorrogado também para o ano de 2021, porém com valores menores em relação ao ano anterior, conforme divulgado no site da Caixa Econômica Federal. (CAIXA, 2021).

Em estudo divulgado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), é possível observar a importância do auxílio durante a crise. O estudo aponta que cerca de 4,4 milhões (6,5%) de domicílios brasileiros sobreviveram, em julho de 2020, apenas com a renda do Auxílio Emergencial. Entre os domicílios mais pobres, os rendimentos atingiram 124% do que seriam com as rendas habituais.

2.1.2 PROGRAMAS DESTINADOS A PESSOA JURÍDICA

Além dos programas de transferência de renda destinados a pessoa física, foram desenvolvidos programas voltados para a manutenção da renda e emprego, bem como para auxiliar as empresas durante esse momento difícil. Nesse sentido, foi elaborado o programa Vamos Vencer, voltado para empresários. O programa tinha como objetivo suavizar os efeitos da crise e auxiliar as empresas, facilitando o acesso às medidas de auxílio para a pandemia.

Publicado no site do Governo Federal, o programa foi destinado a seis tipos de perfis empresariais: indústria de médio e grande porte, indústria de pequeno porte, comércio de médio e grande porte, comércio de pequeno porte, serviço de médio e grande porte e serviço de pequeno porte. (GOVERNO FEDERAL, 2020)

Dentre os benefícios disponibilizados pelo Governo para ajudar nesse momento delicado, estava a suspensão ou adiamento de pagamentos, que teve como objetivo aliviar o fluxo de caixa das empresas. Para ajudar, foram adiados os pagamentos de impostos no Simples Nacional para empresas que se encaixavam nos critérios estabelecidos, bem como das parcelas de PIS/PASEP, Cofins e contribuição para a previdência para empresas. Além disso, foram suspensas as dívidas ativas com a União, sendo realizado novos acordos para pagamento. (GOVERNO FEDERAL, 2020)

Medidas de flexibilização trabalhistas também foram tomadas com o objetivo de manter o trabalho assegurado. Para isso, foi permitida a redução da jornada de trabalho, suspensão de contrato e possibilidade de acordo coletivo entre empregado e empregador. (GOVERNO FEDERAL, 2020)

Por fim, pensando em reforçar as finanças das organizações, o Governo permitiu a criação de condições especiais para as linhas de crédito, além do fornecimento facilitado de formas de capital de giro. Também foi criada uma linha de crédito emergencial voltada para o pagamento de funcionários. Esta linha voltada para a quitação de folhas salariais contava com taxas e períodos de carência diferentes dos outros financiamentos. (GOVERNO FEDERAL, 2020)

2.1.3 POLÍTICAS MACROECONÔMICAS

Política monetária é usada para superar e conter crises, por isso é usada para controlar a inflação, baseando-se em regime de metas de inflação. Em todo o ano é fixado uma meta diretamente para a inflação, a partir desta o Banco Central (BC), utiliza os instrumentos de política monetária. Existe um intervalo de tolerância para esta meta, ou seja, o governo fixa uma meta de 4,5% e cria-se uma tolerância de 1,5% em média. (REIS, 2017).

Desta forma, Reis (2017) afirma que se a inflação do ano se situar entre 3% e 6%, cumpre-se a meta, absorvendo os choques a curto prazo diretamente na economia.

Durante o período pandêmico, mais precisamente no primeiro ano de pandemia, que foi 2020, a taxa básica de juros da economia, conhecida como Taxa Selic, iniciou em 4.5%. (BANCO CENTRAL, 2022). Porém, devido aos acontecimentos e eclosão da crise sanitária, o que ocasionou crise econômica também, foi adotada medidas de redução da Taxa Selic ao longo do ano afim de estimular o consumo na economia e garantir liquidez. Em agosto de 2020, após mais uma redução, a Selic atingiu seu menor valor histórico, atingindo o patamar de 2%. (BANCO CENTRAL, 2022).

Keynes (1983, cap. 11), por sua vez, se atenta ao fato de dois fatores serem essenciais para a relação gasto e investimento: a taxa de juros e as expectativas das firmas de lucratividade futura dos projetos de investimentos. A Eficiência Marginal do Capital (EMC), definida por Keynes como o retorno que um empresário esperar ter de um novo investimento, é fundamental nessa questão pois, quanto maior a lucratividade futura, maior o nível do investimento. Entretanto, a EMC depende do custo do capital, que é a taxa de juros. Sendo assim, se ocorrer uma elevação na taxa de juros, certos projetos e investimentos tornam-se inviáveis e o empresário vai preferir não os fazer.

Portanto, ao reduzir a taxa de juros a patamares tão baixos, a ideia é que os empresários prefiram aumentar sua capacidade de produção e investir no seu negócio do que aplicar em títulos públicos, já que terão um retorno maior futuramente. Além disso, as taxas de juros de financiamentos da economia são baseadas na Selic. Portanto, fica mais barato conseguir crédito e financiamentos com ela em patamar

menor, o que vai estimular as pessoas a pegarem empréstimo e consumirem ao invés de guardar dinheiro.

Contudo, a partir de 2021, no segundo ano de pandemia, a estratégia mudou. O Copom decidiu aumentar a taxa Selic ao longo dos meses, fazendo com que a taxa que iniciou o ano em 2% terminasse em 9,75% (BANCO CENTRAL, 2022).

Nesse caso, a tentativa governamental com o aumento da taxa de juros foi combater a escalada da inflação, que chegou ao final de 2021 em alta de 10,06%, atingindo o maior patamar no ano desde 2015, quando atingiu 10,67%. (AGÊNCIA BRASIL, 2022).

2.2 AUSTERIDADE FINANCEIRA APÓS COVID-19

O presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, defendeu a austeridade fiscal após a pandemia de Covid-19, especialmente nas economias emergentes, como o Brasil, embora a pandemia do novo coronavírus permaneça. O momento de enfrentamento da pandemia, é preciso enviar uma mensagem de austeridade e seriedade fiscal. (PAULA; MARTINS, 2020)

O economista ressaltou que o espaço que o Brasil tem para gastos fiscais é muito pequeno no momento, por isso é muito difícil ter a mesma capacidade de formulação de políticas de apoio à crise gerada pela Covid-19 que outros países desenvolveram. O Governo do Brasil fez um enorme desembolso no ano de 2020 com a distribuição de subsídios que atingiu 68 milhões de brasileiros e que retomou em 2021 com valores mais baixos e um universo menor de beneficiários. (PELLANDA, 2021).

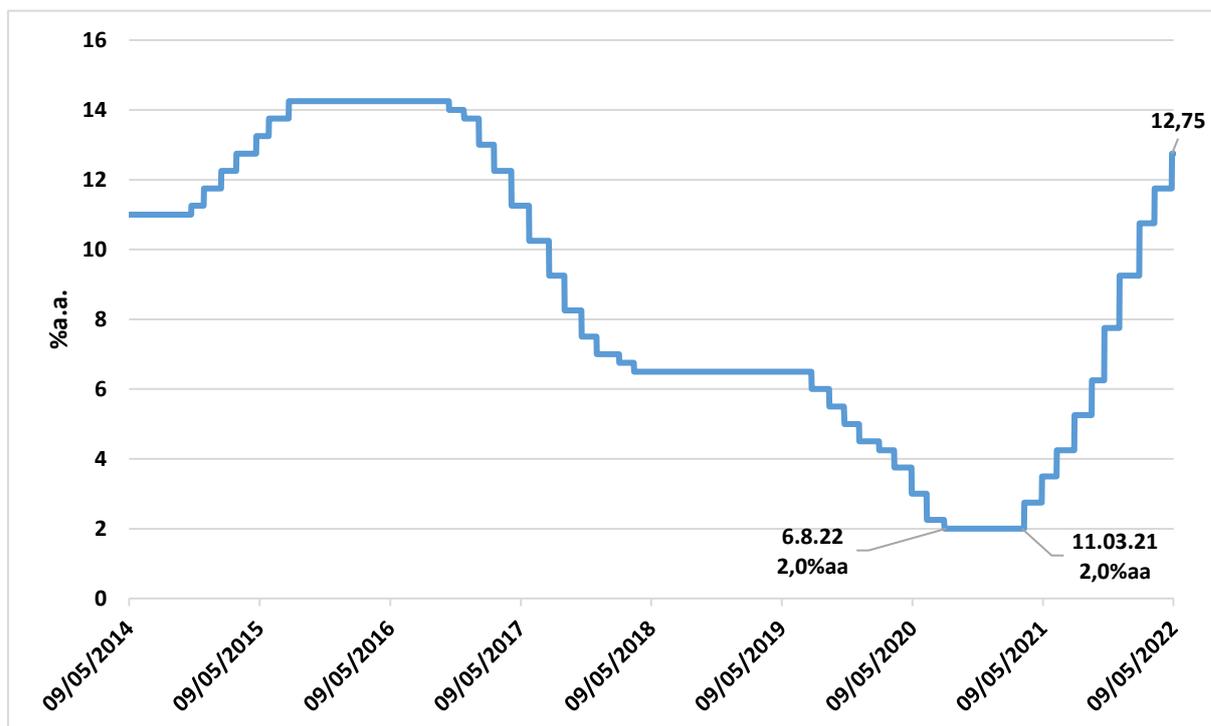
Essas despesas extraordinárias elevaram o déficit fiscal nominal do país para 14% e a dívida pública para níveis recorde acima de 90%. Os agentes econômicos estão agora preocupados com a distribuição desta nova ronda de ajudas estatais, pois poderá enfraquecer ainda mais as combalidas contas públicas e agravar a crise fiscal que o país enfrenta. (PAULA; MARTINS, 2020)

Quando se tenta uma despesa adicional, a desorganização de preços que se produz no mercado tem um impacto maior no crescimento do que o dinheiro que é colocado na economia, ou seja, às pressões inflacionárias dos últimos meses que desencadearam os preços na maior economia sul-americana, especialmente os de

alimentos, também ocorre em outros países emergentes, como a Turquia. (PELLANDA, 2021).

A inflação no Brasil, em 2021, medida pelo IPCA, fechou em 10,06%, bem acima do teto da meta de 4,25% (a meta de 3,75% mais a margem de tolerância de 1,5 ponto). A inflação crescente fez com que o Banco Central do Brasil elevasse pela primeira vez, desde 2015, a taxa básica de juros de 2,00%, o seu mínimo histórico.

Gráfico 2: Evolução da taxa SELIC



Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL/SÉRIES TEMPORAIS

2.3 AGENDA DE COMPROMETIMENTO COM AUSTRERIDADE FISCAL

O Brasil é a décima terceira maior economia do mundo. O país continua trabalhando em sua reconstrução após a recessão ocorrida há sete anos, quando a economia contraiu quase 7%.

Desde então, o Brasil não conseguiu crescer no mesmo ritmo em que estava acostumado na década anterior à recessão, ainda que alguns economistas vejam a situação com mais otimismo. Por exemplo, (CARNEIRO; NOZAKI, 2021) sugerem que a economia do Brasil experimentou uma recuperação lenta, mas constante nos últimos anos. Essa visão rósea da situação brasileira contrasta fortemente com o que

se esperava com o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016. O MDB, partido do ex vice-presidente, Michel Temer, apresentou um novo programa de governo em um documento intitulado “Ponte para o Futuro”. Ali, a promessa seria reverter completamente a política econômica dos governos petistas, consideradas como “gastança”.

A partir do impeachment, os governos de Temer e, depois, Bolsonaro, implementaram uma série de reformas para estabelecer um regime fiscal de austeridade. Destacam-se, como as mais importantes, por causa de seus impactos econômicos, as já implementadas reformas do Teto de Gastos, a Trabalhista e a Previdenciária. A promessa era que a economia brasileira entraria em uma nova fase de crescimento sustentado. A austeridade recuperaria a confiança empresarial, estimulando os investimentos, o que, até o momento, não aconteceu.

Portanto, a visão de que o país “saiu da crise” e se recupera lentamente, apaga os efeitos do Golpe de Estado de 2016. Desde 2015, os movimentos no Congresso Nacional para obstaculizar o governo, a operação Lava-Jato e a crescente pressão da mídia criaram um clima de instabilidade política e econômica muito negativos. Eles agravaram sobremaneira os efeitos negativos da política de austeridade colocada em prática por Joaquim Levy, o ministro da Fazenda do primeiro ano do segundo mandato de Dilma Rousseff.

Em 2021, o PIB cresceu apenas 4,6%, impulsionado principalmente pela reabertura gradual da economia e pelo aumento das exportações de matérias-primas. A maior economia da América do Sul deverá crescer a um ritmo mais lento nos próximos anos, com o FMI a prever um crescimento do PIB de 1,5% em 2022 e 2% em 2023. (SANTANDER TRENDS MARKETS, 2022).

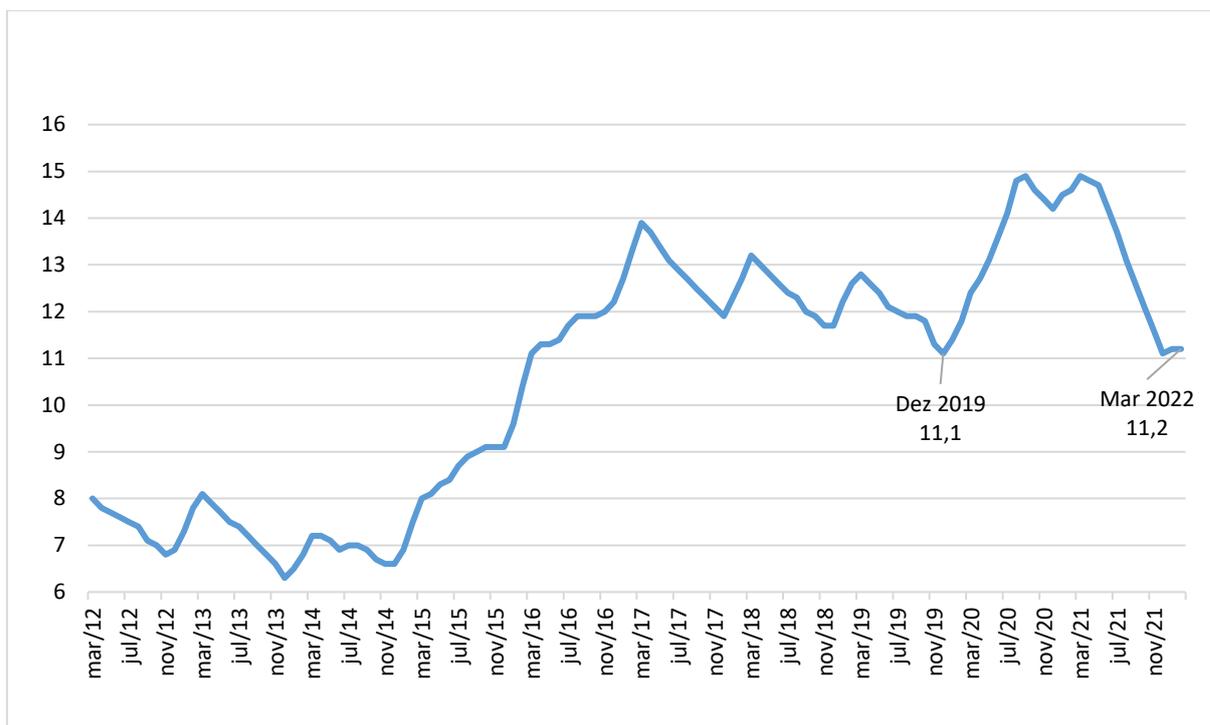
Em 2021, enquanto a taxa de inflação passou dos 10% ao ano, superando o teto da meta do Banco Central de 5,25%, os salários não seguiram a mesma tendência. A massa real de salários caiu cerca de 1%, apesar do aumento do emprego, o que denuncia uma compressão expressiva do salário médio. A taxa de inflação relativamente alta e o aperto nas condições de crédito enfraqueceram o consumo das famílias em 2021. (CARNEIRO; NOZAKI, 2021).

Repetindo o que diz todo ano e a todo momento, Paulo Guedes afirma que o pior para a economia ficou para trás. Não obstante, não mostra nenhum sinal de suavizar o compromisso com a austeridade e a rígida disciplina fiscal. Mal o país se afasta dos piores momentos da pandemia da COVID-19, o governo federal, ecoando

as preocupações do mercado financeiro, continua preocupado em perseguir uma redução da dívida pública bruta. A dívida do governo hoje é de 79,2% do PIB, e há indicações de que deve continuar caindo, em parte, por causa do efeito da inflação. Não obstante, o rápido aumento da SELIC, hoje em 12,75%, pressionará a inflação nos próximos meses.

A despeito da orientação fiscal a favor da austeridade, o governo foi empurrado para tomar medidas para mitigar o impacto da COVID-19. Todas elas aumentaram os gastos fiscais em 2020 e 2021, incluindo aumento dos gastos com saúde, apoio temporário a famílias de baixa renda e reduções de impostos e taxas sobre a importação de suprimentos médicos essenciais, que somaram até 1,4% do PIB. Até 2022, no entanto, espera-se que essa taxa caia para 0,5% do PIB.

De modo geral, o conjunto de medidas anticíclicas do Brasil diante da pandemia foi sido eficaz para impulsionar a atividade econômica, a despeito do fato de que a esperada recuperação em V tenha se transformado numa semiestagnação, com o crescimento em 2022 estimado pelo mercado em algo como 0,6% a.a. A taxa de desemprego no Brasil cresceu em 2021, atingindo a casa dos 11,1%, no mesmo nível de dezembro de 2019, portanto, de antes da pandemia. Evidentemente, o desemprego ainda alto se deve a recuperação da crise econômico-sanitária da COVID-19, mas tem ficado evidente que há ausência de “drivers”, i.e., de fontes de crescimento capazes de tirar a economia do marasmo do período pós-golpe.

Gráfico 3: Taxa de desemprego aberto

Fonte: IBGE/PNAD CONTÍNUA

O quadro é um pouco mais grave, como demonstra publicação recente do BOLETIM FINDE (2022, p.26):

“(...) E o noticiário mais contemporâneo não a desmente, mostrando, cada vez com mais frequência, que a compra de alimentos em supermercados tem sido crescentemente financiada com cartões de crédito, com juros altos e prazos curtos, comprometendo mais e mais o comprometimento da renda. O corte do crédito, nessas circunstâncias, afastará as pessoas dos meios de subsistência e derrubará o consumo, levando a mais desemprego, queda da massa de rendimentos e aumento da inadimplência.”

Além disso, o país continua enfrentando problemas sociais e possui um dos maiores níveis de desigualdade do mundo, com grandes disparidades entre as regiões do país. Embora o Brasil tenha tirado 28 milhões de pessoas da pobreza nos últimos 15 anos, 10% da população ainda vive nela, enquanto os 5% mais ricos do país têm a mesma renda dos 95% restantes. (CARNEIRO; NOZAKI, 2021).

O Brasil possui recursos naturais abundantes e uma economia relativamente diversificada. É o maior produtor mundial de café, cana-de-açúcar e laranja, e é um dos maiores produtores mundiais de soja. Com florestas cobrindo metade do país e a maior floresta tropical do mundo, sendo o quarto maior exportador mundial de

madeira. Além disso, no Brasil é o maior gado comercial do mundo. (CARNEIRO; NOZAKI, 2021).

O país também atrai muitos grupos multinacionais nas indústrias de alimentos e biocombustíveis. No entanto, embora a agricultura represente 40,1% das exportações, contribui relativamente pouco para o PIB (5,9%) e emprega apenas 9% da população. No entanto, a agricultura cresceu significativamente em 2021, O Brasil também é uma grande potência industrial e se beneficiou muito de sua riqueza mineral. (SANTANDER TRENDS MARKETS, 2022).

O país é o segundo maior exportador mundial de ferro e um dos principais produtores mundiais de alumínio e carvão. Como produtor de petróleo, o Brasil pretende se tornar independente de energia em breve, com reservas que podem torná-lo um dos cinco maiores produtores de petróleo do mundo. Além disso, o país se impõe cada vez mais nos setores das indústrias têxtil, aeronáutica, farmacêutica, automotiva, siderúrgica e química. (CARNEIRO; NOZAKI, 2021).

Muitas das maiores montadoras do mundo estabeleceram plantas de produção no Brasil. O setor industrial contribui com 17,6% para o PIB e emprega 19,9% da população. Porém, em 2021, o setor foi afetado pela falta de insumos, o setor de serviços representa 62,9% do PIB brasileiro e emprega 70,9% da força de trabalho ativa. (SANTANDER TRENDS MARKETS, 2022).

Nos últimos anos, o país embarcou na produção de serviços de alto valor agregado, especialmente nas áreas de aeronáutica e telecomunicações. O turismo também vem crescendo nos últimos anos, tornando-se um importante segmento do setor. Embora o setor de serviços tenha sido o mais afetado durante a pandemia, em 2021 apresentou uma recuperação significativa com aumento das taxas de vacinação e mobilidade populacional. (SANTANDER TRENDS MARKETS, 2022).

A recuperação do setor foi impulsionada principalmente pelos serviços para famílias, informação e comunicação e transporte, além de uma ligeira recuperação na indústria do turismo. (CARNEIRO; NOZAKI, 2021).

CAPÍTULO 3 – ESTRATÉGIA DE CRÉDITO DOS BANCOS PARA SAIR DA CRISE

As condições sem precedentes criadas pela disseminação do coronavírus exigiram respostas políticas excepcionais das autoridades monetárias. Além de instrumentos tradicionais como cortes de juros, os bancos centrais adotaram medidas não convencionais para evitar consequências permanentes de um choque negativo, para que seja transitório, ainda que potencialmente muito severo.

Desde a crise financeira global de 2008, os bancos centrais desenvolveram novas ferramentas que podem implantar para ajudar empresas e famílias a enfrentar a tempestade. Não apenas os bancos centrais estão em uma situação diferente em relação ao período anterior à crise financeira anterior, mas também o choque que enfrentam tem características diferentes. (FREITAS, 2020)

Os bancos centrais estão em posições diferentes em relação ao escopo que têm para reduzir as taxas e os benefícios potenciais de tais políticas. A margem depende não apenas do nível da taxa oficial, mas também do grau de ancoragem das expectativas de inflação. Em 15 de abril de 2020, pelo menos 14 bancos centrais da região já haviam reagido reduzindo as taxas, alguns até mais de uma vez. Na ocasião, sabia-se que o surto de coronavírus diminuiria a oferta de bens e serviços, assim como a demanda. O impacto resultante sobre os preços não era ainda claro. (BRASIL, 2009).

No Brasil, as taxas de juros oficiais, que caíram para níveis recorde começaram a subir no meio da Pandemia, como já foi dito anteriormente. Assim, durante a pandemia, a política da taxa de juros básica da economia, a SELIC, caiu até 2% a.a. e se manteve nesse baixíssimo patamar até março de 2021. Essa medida, em parte, atendia aos desafios da COVID, mas era a radicalização de um movimento desde julho de 2019. Diante da desaceleração econômica, o Banco Central tentou se converter num motor econômico por meio de sua política monetária.

A partir de março de 2021, temendo o descontrole inflacionário e atendendo aos pedidos insistentes do mercado financeiro, o Banco Central inverteu a orientação da política monetária, aumentando a SELIC para níveis bem mais altos, alcançando os atuais 12,75% a.a.

Outro aspecto da conjuntura da COVID-19 é que, as posições de reservas internacionais brasileira são as mais fortes já vistas, ao menos na história recente e,

certamente, bem mais elevadas do que aquelas com as quais o país enfrentou a crise financeira global de 2008. Isso deixou o Brasil em posição mais confortável. Contudo, é fundamental lembrar que essa crise envolve tanto um choque de oferta quanto de demanda, a noção tradicional de gerenciar a demanda anticíclica por meio da política monetária é menos relevante e potente (ALVES JR et alli, 2021).

Então, os bancos se defrontaram com um quadro que levava em conta uma política monetária mais relaxada, até março de 2021, mas tiveram de se adaptar a uma elevação dos juros daí pra diante. Mas um outro fator seria decisivo para a definição de suas estratégias de concessão de crédito: a situação econômica dos tomadores.

Sabia-se que as famílias com trabalhadores no setor informal seriam as mais afetadas. Tais empregos, completamente desprotegidos e dependentes de arranjos econômicos descapitalizados e precários, sofreram muito com a crise e com a demora do governo em agir. Desse modo, não apenas os trabalhadores perderiam sua fonte de renda – o que aconteceu, como também não eram cobertos pelo auxílio-desemprego.

As Pequenas e médias empresas (PMEs) que dependessem de vendas diárias, como acontece com a grande maioria delas, e que tem poucas reservas financeiras também seriam diretamente afetadas pelas vendas. Se encontravam totalmente fragilizadas pela queda da demanda provocada pela crise econômico-sanitária.

Essas empresas, por sua vez, estão conectadas a outras do mesmo porte, bem como a empresas maiores por meio de cadeias de valor. Evidentemente, mesmo que PMEs possam não obter crédito diretamente, taxas de juros mais baixas podem ajudar empresas maiores às quais estão conectadas por meio de cadeias de valor e manter negócios que, de outra forma, teriam que fechar. Mas isso não representa uma garantia. No início da crise, não havia qualquer previsão segura do quanto ela duraria. Uma grande empresa fornecedora ou compradora pode ter interesse em preservar a cadeia produtiva que ajuda a organizar em um período de crise, mas não vai fazê-lo indefinidamente. Não obstante, é claro que as PME ligadas a cadeias mais organizadas contavam com maiores possibilidades de sobrevivência do que aquelas que funcionavam de modo mais isolado, como as prestadoras de serviço ao varejo.

Esse quadro caótico foi predominante nos primeiros meses da pandemia para definir as estratégias bancárias. No entanto, seja por decisão própria, seja pela força da enorme pressão social, o governo Bolsonaro-Guedes, ainda que titubeando, foi colocando em prática um grande programa de proteção de empregos, de socorro às famílias, de apoio a estados e municípios bem como ofertou diversas facilidades financeiras para as famílias, como falado no capítulo 2.

3.1 ESTRATÉGIA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

De acordo com Minsky, em momentos de crise, os bancos, tal como os demais agentes econômicos, colocam em prática as estratégias de defesa financeira disponíveis. No caso específico dos bancos, a reação mais esperada seria controlar o crédito, em especial, para aqueles agentes econômicos mais vulneráveis, tais como os trabalhadores – em especial, os informais – e empresas, destacadamente, aquelas mais desprevenidas financeiramente.

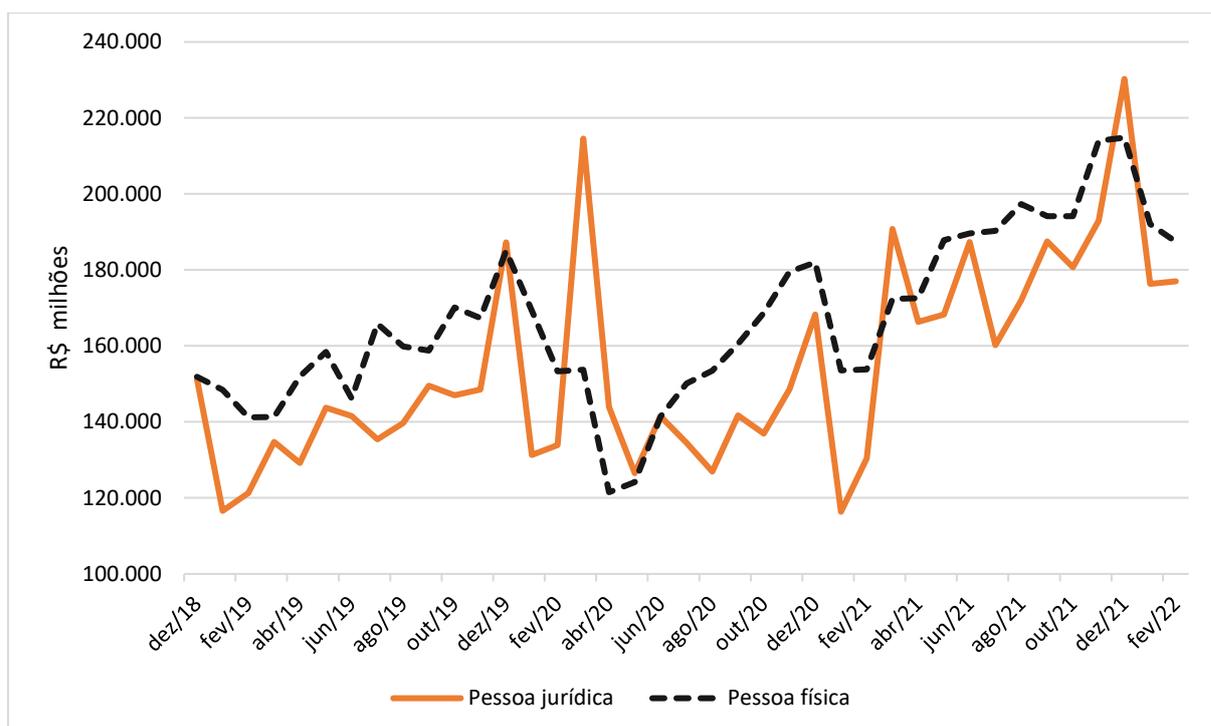
Não obstante, na medida em que vão diminuindo as restrições ao convívio social, seja por causa da vacinação, seja por atitudes irresponsáveis, as condições de oferta melhoram. E na medida em que os diversos auxílios chegam ao público, o que aconteceu principalmente no último quadrimestre de 2020 e ao longo de 2021, o nível de emprego começou a se recuperar. Como, diante desse quadro, os bancos reagiram?

3.2 ANÁLISE DOS 5 MAIORES BANCOS DA ECONOMIA BRASILEIRA

Neste trabalho, fez-se uma análise das estratégias de que cada banco utilizou durante a crise com relação a disponibilidade de crédito nos anos de 2018 a 2021, visando observar quais foram as carteiras em que mais disponibilizaram dinheiro durante a crise. Vale ressaltar que o ano de 2021 corresponde aos dados disponibilizados pelo Banco Central até o terceiro trimestre, não contemplando o ano todo como os demais. Além disso, foram escolhidos os 5 bancos que detêm a maior fatia do mercado de acordo com o Banco Central do Brasil.

Como caracterização geral do cenário, é preciso levar em conta, além da inflexão da política monetária ocorrida em março de 2021, e o aumento e a recuperação do nível de emprego, o comportamento do sistema bancário em geral com relação à concessão de crédito no período.

Gráfico 4: Concessão de crédito mês a mês pelo sistema bancário – recursos livres



Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL/SÉRIES TEMPORAIS

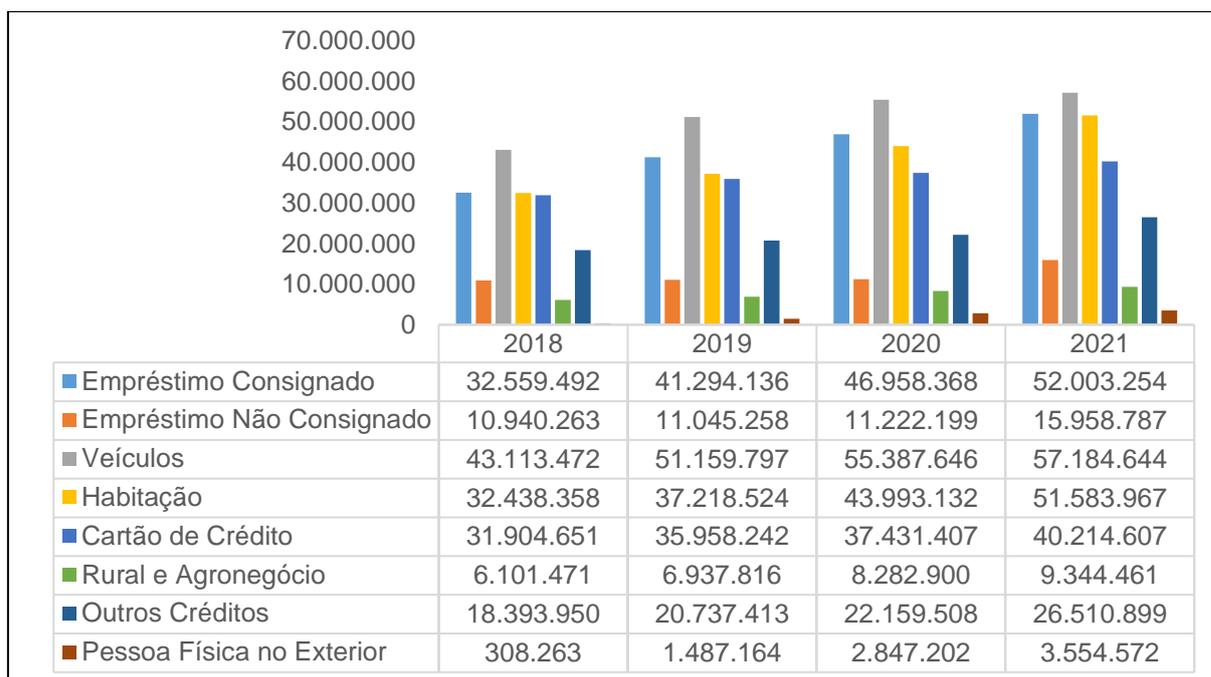
Importante sempre observar que o crédito à pessoa física vinha perdendo estímulo desde o fim de 2019, ano em que cresceu significativamente. Curiosamente, é a partir de abril, portanto, já na pandemia, que a demanda por financiamento pessoal sofre um aumento expressivo e é atendido pelos bancos. Note que se trata de financiamento com crédito livre, decidido pelos bancos a partir de considerações negociais, apenas. Como se verá adiante, esse é o segmento que vai ser perseguido pelos maiores bancos brasileiros. (RELATÓRIO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA DO BANCO CENTRAL, 2021).

Já o crédito à pessoa jurídica, a despeito do pico de concessões no início da pandemia, fato que foi causado pela maior demanda por liquidez, não exibe a mesma força do crédito à pessoa jurídica. Isso é explicado por uma tendência já presente no mercado financeiro brasileiro, que é a busca, por parte das empresas, pelo mercado

de capitais e por financiamento no exterior (em menor medida). (RELATÓRIO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA DO BANCO CENTRAL, 2021).

De volta ao comportamento dos 5 maiores bancos, no gráfico 5, está a pesquisa do banco Santander com a linha de crédito de pessoa física. Nota-se que em todos os anos a linha de crédito para veículos sempre foi a principal da carteira, ficando em segundo lugar crédito para habitação e em terceiro empréstimo consignado. Observa-se um aumento do crédito habitacional em 2020 e 2021, se distanciando do crédito disponibilizado para cartão de crédito e chegando bem próximo ao empréstimo consignado e veículos. A diferença da principal linha de crédito do banco que era veículos caiu em relação as outras, demonstrando que a estratégia foi quase que estagnar o crescimento de crédito para aquisição de veículos e aumentar a disponibilidade de crédito para empréstimo consignado e habitação.

Gráfico 5: Análise da carteira de crédito para pessoa física do banco Santander

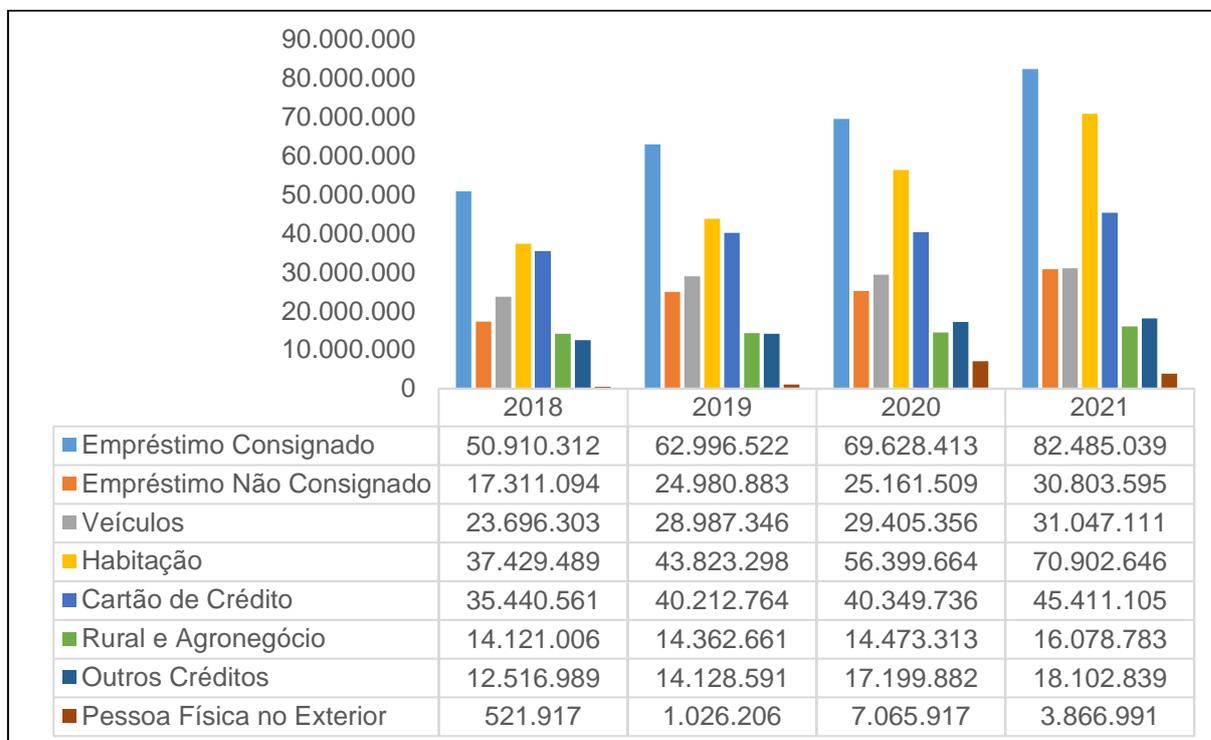


Fonte: IF.DATA/BANCO CENTRAL DO BRASIL. Autoria própria (2022)

Em relação a análise da carteira de crédito para pessoa física do Banco Bradesco, no gráfico 6, observamos um aumento significativo na linha de crédito para habitação, que se distanciou da linha de cartão de crédito igual ao Santander,

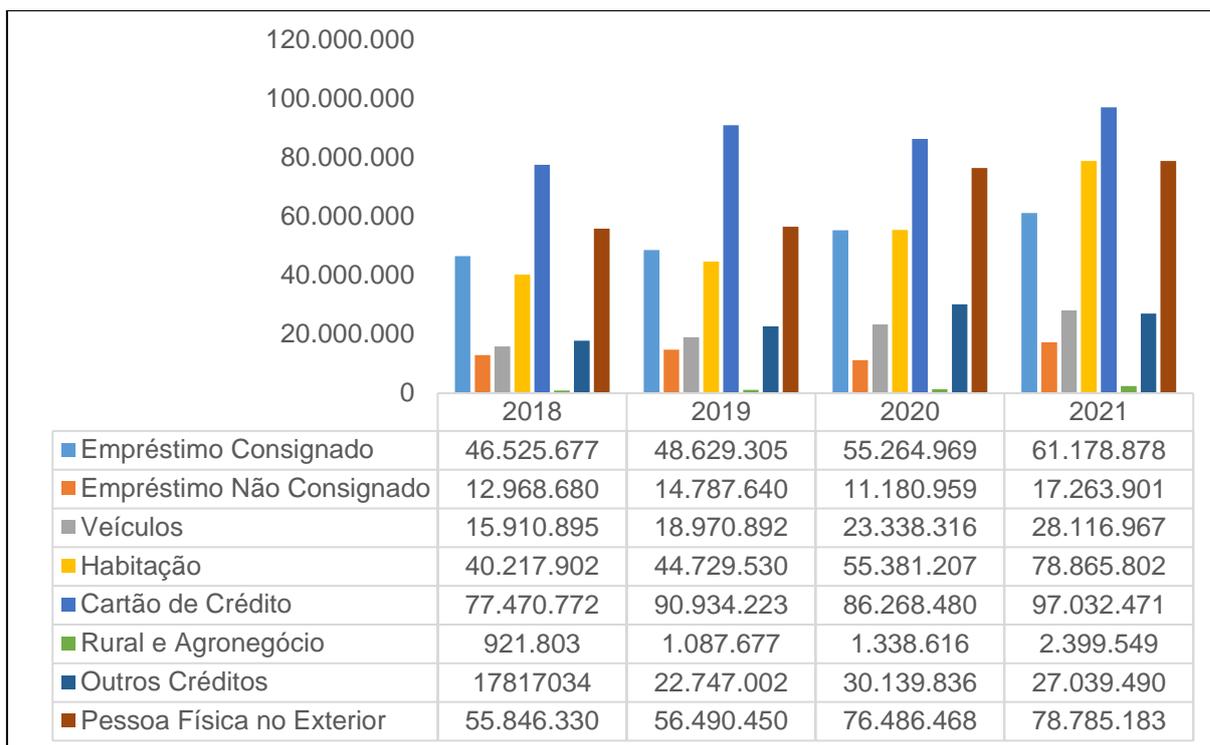
e de empréstimo consignado, principalmente de 2020 para 2021. Ou seja, o banco teve uma estratégia parecida com a do banco Santander.

Gráfico 6: Análise da carteira de crédito para pessoa física do banco Bradesco



Fonte: IF.DATA/BANCO CENTRAL DO BRASIL. Autoria própria (2022)

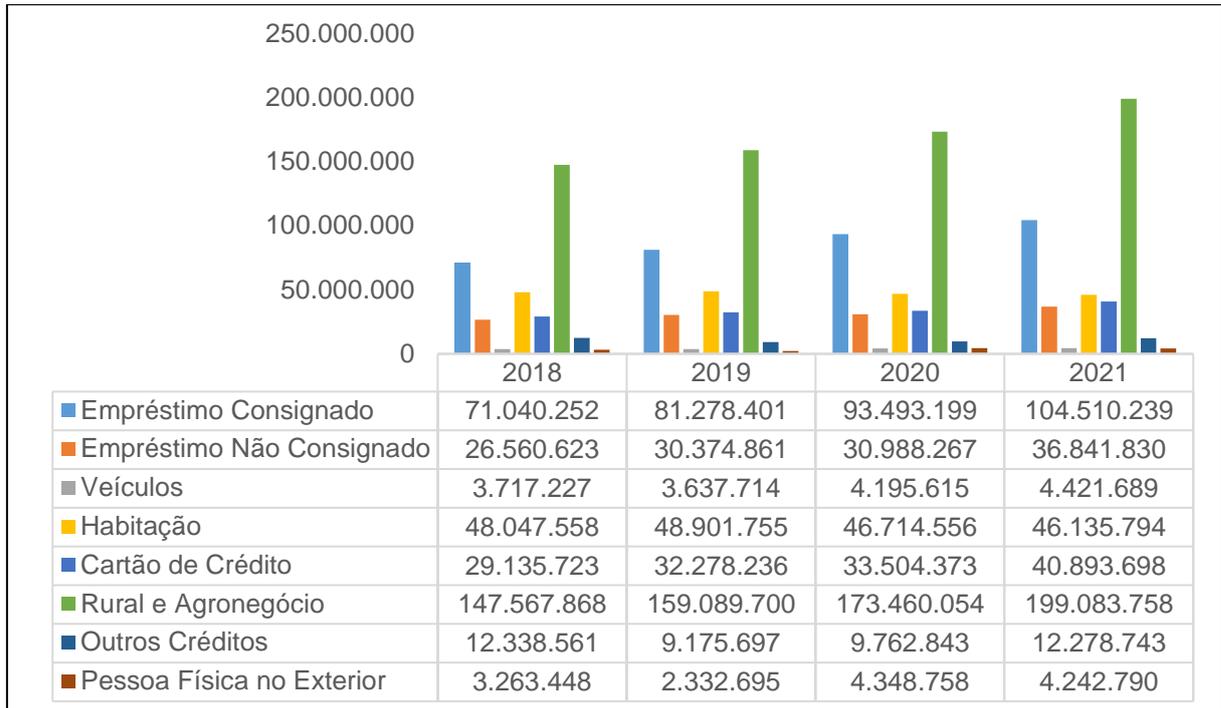
Em relação a análise da carteira de crédito para pessoa física do banco Itaú, no gráfico 7, apesar de ainda manter a linha de cartão de crédito como a principal, apesar da redução de 2019 para 2020 por causa da pandemia do Covid-19, aumentou muito o crédito para empréstimo consignado e habitação, que inclusive passou a linha de crédito pra pessoa física do exterior que sempre foi a segunda principal do banco, ou seja, nota-se de novo uma estratégia parecida com a dos bancos Santander e Bradesco, que é o foco em aumento de crédito para empréstimo consignado e habitação. Além disso, o banco também aumentou muito a linha de crédito para pessoa física no exterior, o que pode ter relação com a desvalorização cambial do real frente ao dólar.

Gráfico 7: Análise da carteira de crédito para pessoa física do banco Itaú

Fonte: IF.DATA/BANCO CENTRAL DO BRASIL. Autoria própria (2022)

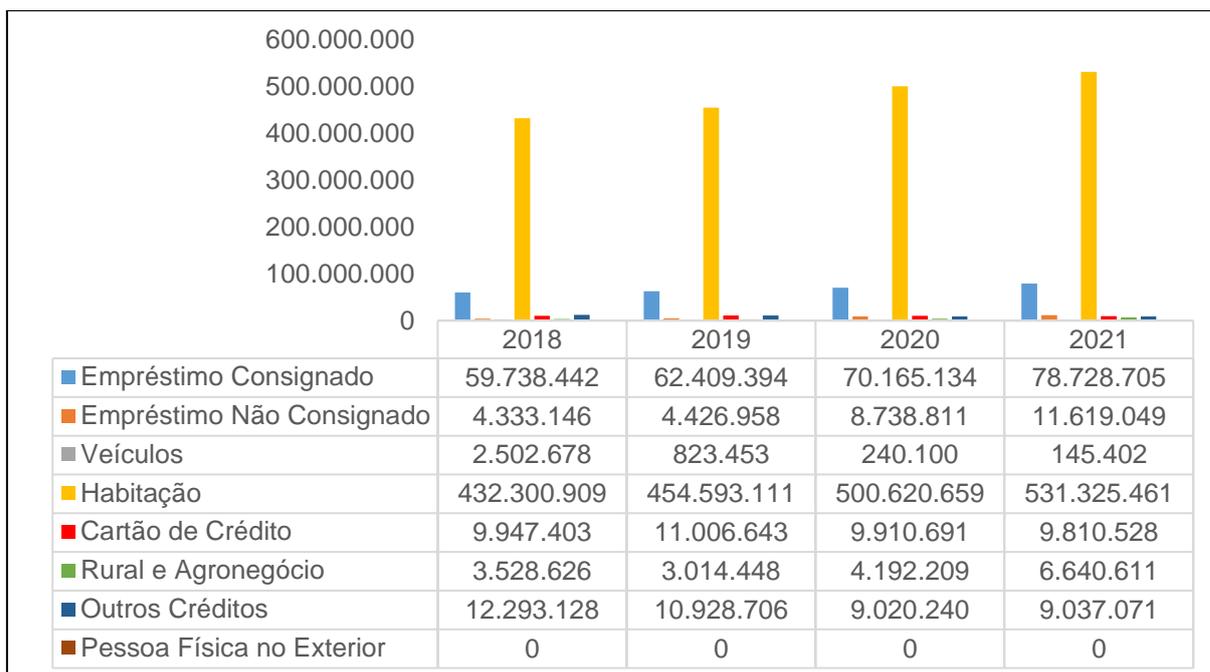
No gráfico 8, direcionada a análise do Banco do Brasil, nota-se a mesma estratégia: aumento relevante na linha de crédito consignado. Porém, a linha de crédito para habitação não seguiu o ritmo de aumento dos três bancos analisados anteriormente e isso provavelmente ocorreu pelo perfil do banco: o Banco do Brasil é um banco público voltado para crédito rural e agronegócio, é o *core business* da sua carteira de crédito para pessoa física há anos.

Crédito para habitação, dentre os bancos públicos, sempre ficou com a Caixa, que é a grande líder de mercado nessa linha de crédito. Portanto, a estratégia do Banco do Brasil foi continuar aumentando o crédito na linha principal da sua carteira para ajudar o agronegócio no momento de crise, mas também aumentar a linha de empréstimo consignado para as famílias, como fizeram os outros bancos privados analisados anteriormente. As outras linhas de crédito quase não se moveram significativamente.

Gráfico 8: Análise da carteira de crédito para pessoa física do Banco do Brasil

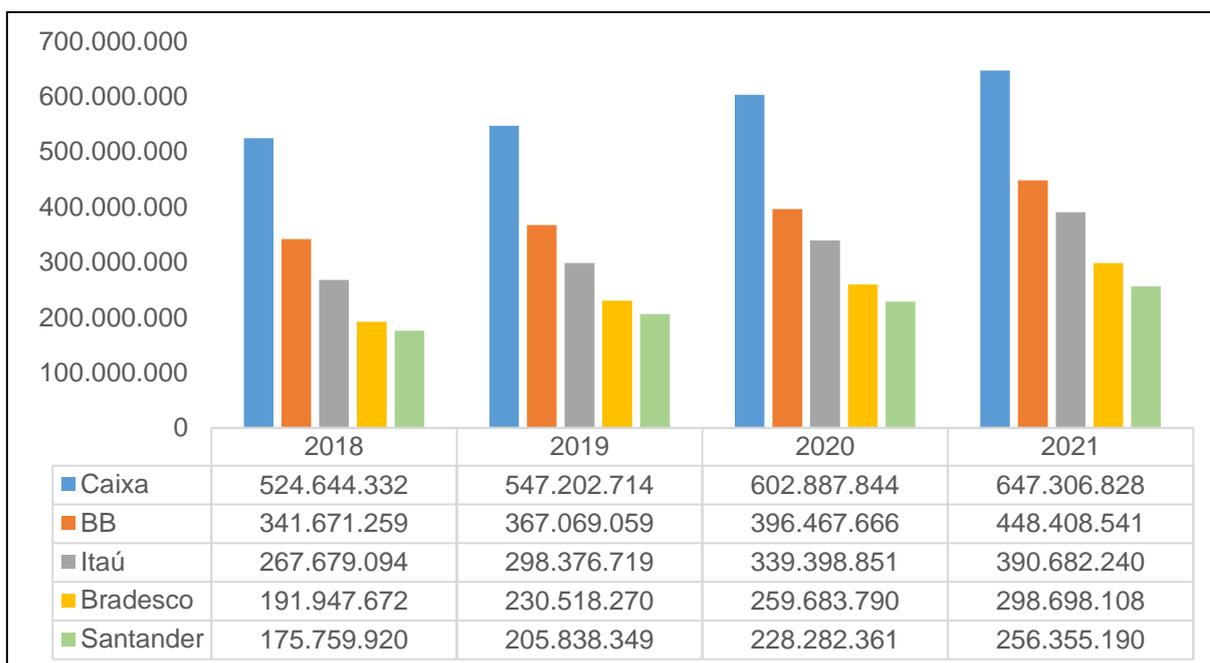
Fonte: IF.DATA/BANCO CENTRAL DO BRASIL. Autoria própria (2022)

Em relação a Caixa Econômica Federal, no gráfico 9, observa-se que a mesma continuou liderando a linha de crédito para habitação, que sempre foi seu *core business* da carteira de crédito para pessoa física. Porém, assim como os outros quatro bancos analisados, aumentou significativamente sua linha de crédito para empréstimo consignado.

Gráfico 9: Análise da carteira de crédito para pessoa física do banco Caixa

Fonte: IF.DATA/BANCO CENTRAL DO BRASIL. Autoria própria (2022)

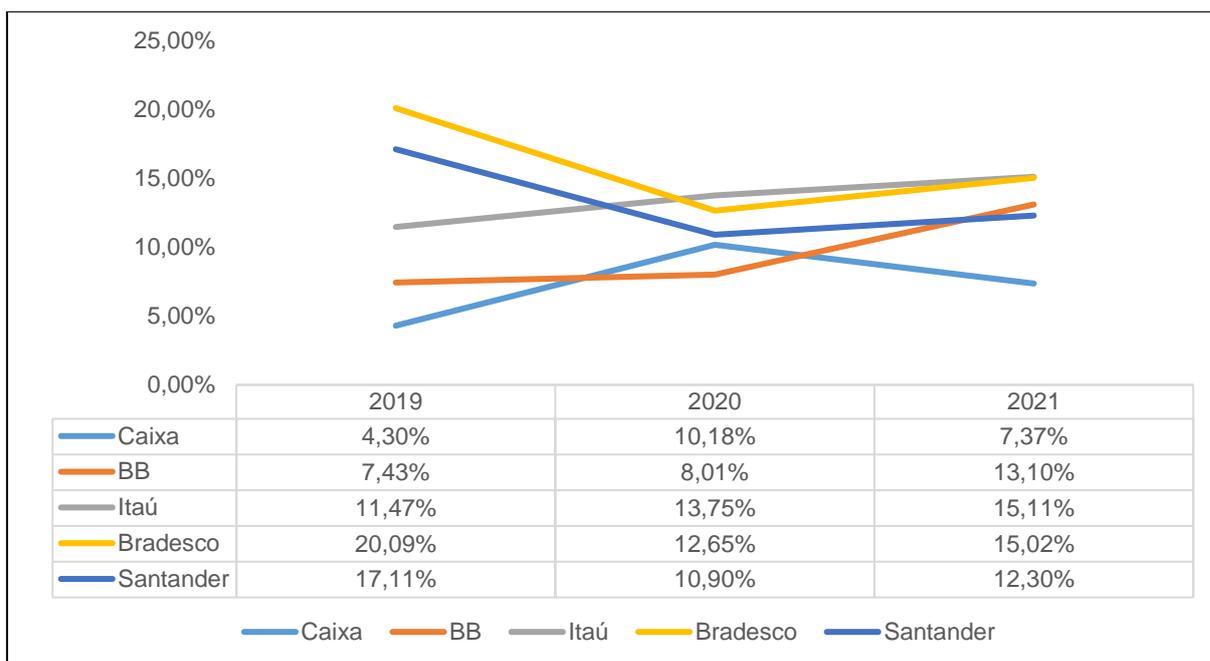
O gráfico 10 apresenta o total geral de crédito disponibilizado pelos bancos para a carteira de pessoa física em reais. A liderança não mudou muito, a Caixa se manteve em primeiro durante os anos, com o Banco do Brasil vindo em seguida e Itaú em terceiro lugar.

Gráfico 10: Análise de crédito disponibilizado para pessoa física pelos bancos

Fonte: IF.DATA/BANCO CENTRAL DO BRASIL. Autoria própria (2022)

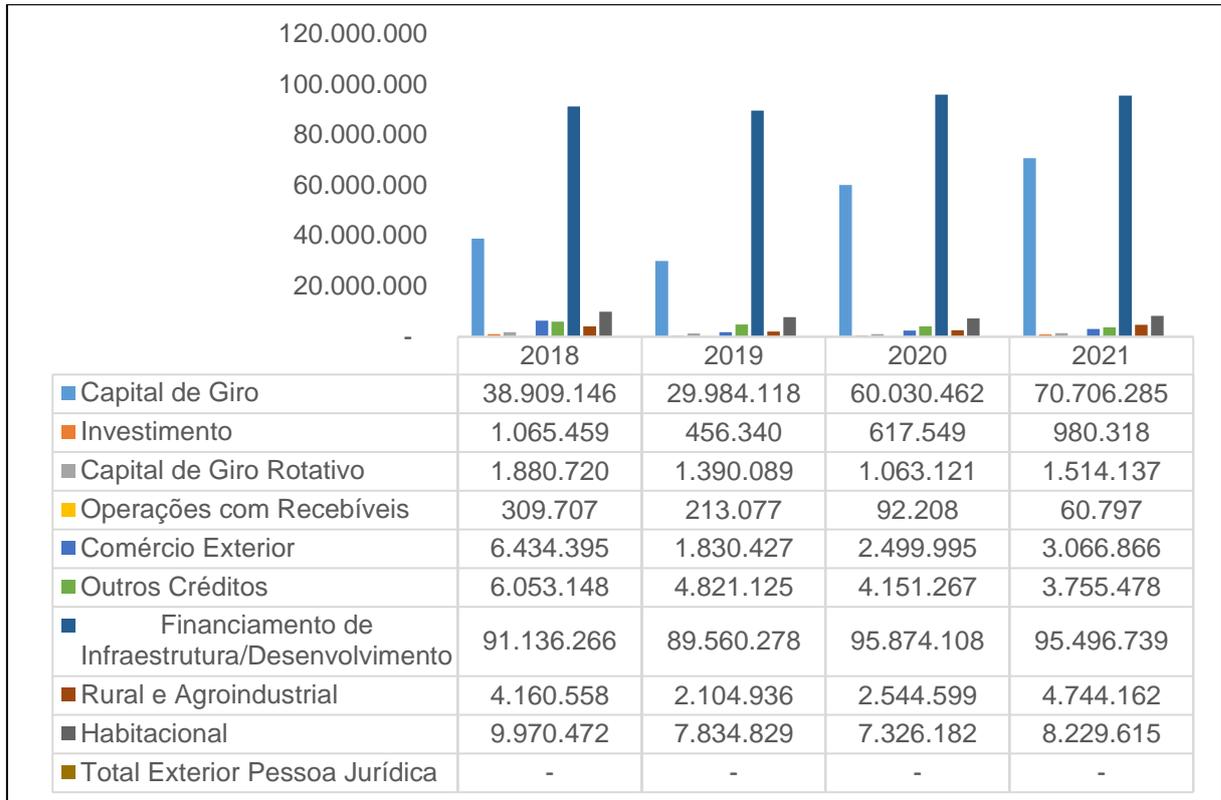
No gráfico 11, é demonstrado o crescimento de crédito disponibilizado por cada banco em relação ao ano anterior. Nota-se o aumento percentual de dois dígitos nos anos de 2020 e 2021 para quase todos os bancos.

Gráfico 11: Crescimento do crédito total de pessoa física em relação ao ano anterior



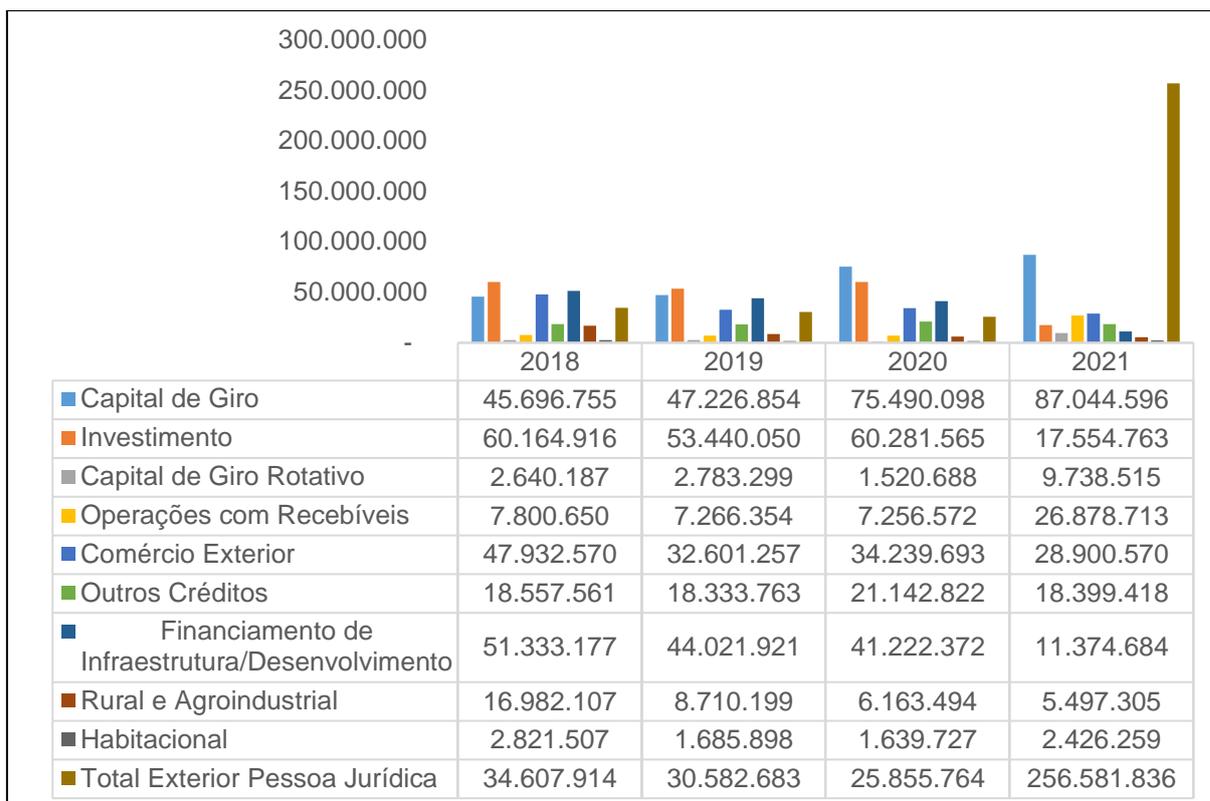
Fonte: IF.DATA/BANCO CENTRAL DO BRASIL. Autoria própria (2022)

Em relação a carteira de crédito disponibilizado para pessoa jurídica, a Caixa manteve a linha de Infraestrutura/Desenvolvimento em primeiro lugar, apesar de estagnado no valor. Entretanto, nota-se um aumento significativo da linha de crédito para capital de giro, com o valor dobrando de 2019 para 2020 e aumentando em 2021.

Gráfico 12: Análise da carteira de crédito para pessoa jurídica da Caixa

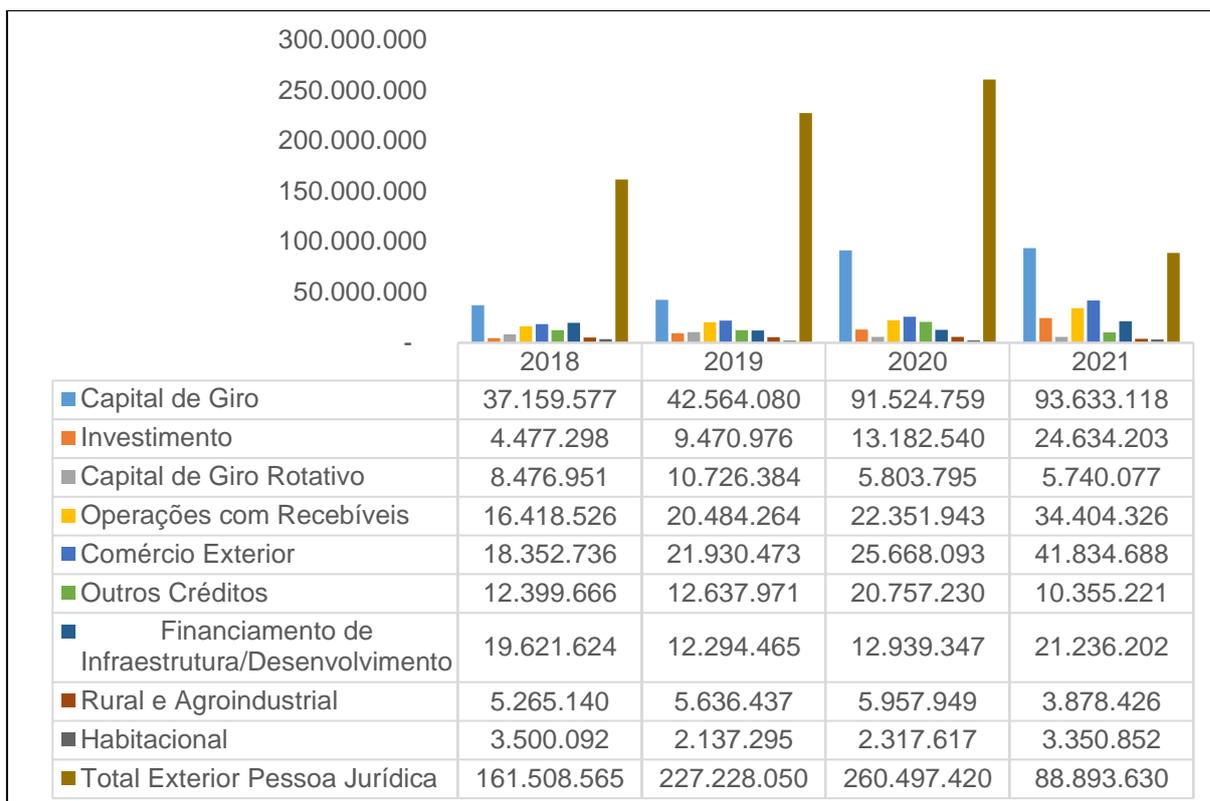
Fonte: IF.DATA/BANCO CENTRAL DO BRASIL. Autoria própria (2022)

Em relação ao Banco do Brasil, no gráfico 13, nota-se também um grande aumento na linha de capital de giro, passando de quarto lugar em 2018 para primeiro lugar em 2020, com a linha de crédito para investimento estagnando e caindo para o segundo lugar na carteira de pessoa jurídica do Banco do Brasil.

Gráfico 13: Análise da carteira de crédito para pessoa jurídica do Banco do Brasil

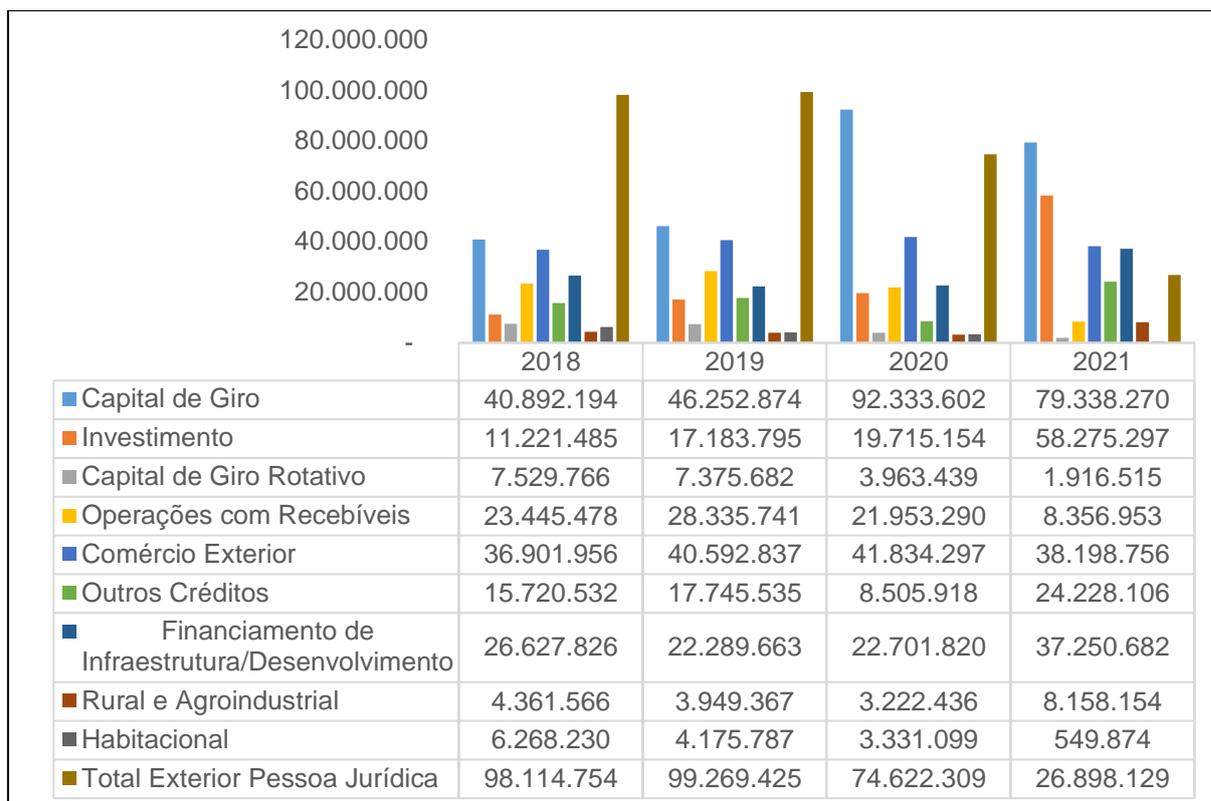
Fonte: IF.DATA/BANCO CENTRAL DO BRASIL. Autoria própria (2022)

Em relação ao banco Itaú, no gráfico 14, percebe-se que houve aumento significativo do crédito para capital de giro na carteira, dobrando de 2019 para 2020. Contudo, sua liderança se manteve na linha de crédito para pessoa jurídica no exterior, assim como o Itaú também lidera na linha de crédito para pessoa física no exterior

Gráfico 14: Análise da carteira de crédito para pessoa jurídica do banco Itaú

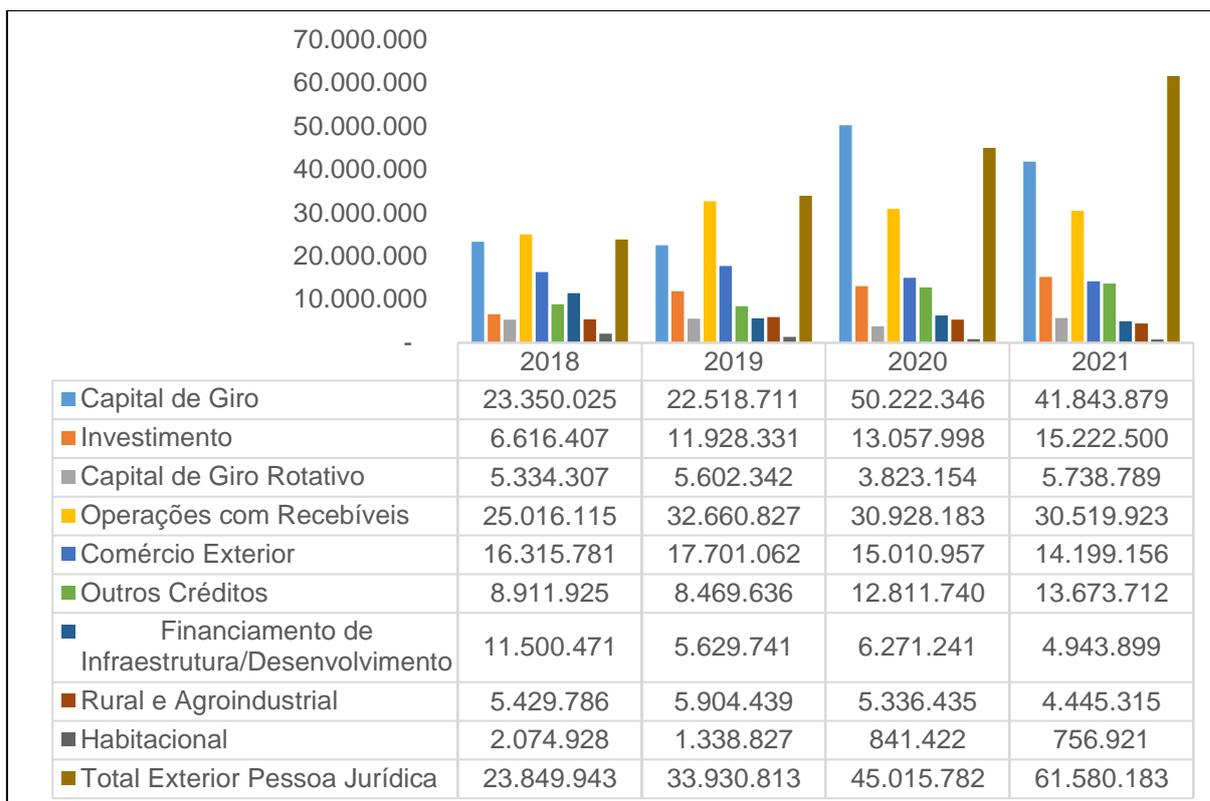
Fonte: IF.DATA/BANCO CENTRAL DO BRASIL. Autoria própria (2022)

No gráfico 15, a análise foi do Banco Bradesco, que teve um aumento do crédito para capital de giro, que dobrou de 2019 para 2020, assim como no caso do Itaú. A linha de crédito principal para pessoa jurídica do banco é o crédito para pessoa jurídica no exterior e que, mesmo reduzindo significativamente em 2020 em relação a 2019, perdendo inclusive o posto de liderança na carteira do Bradesco, voltou a subir e liderar em 2021.

Gráfico 15: Análise da carteira de crédito para pessoa jurídica do banco Bradesco

Fonte: IF.DATA/BANCO CENTRAL DO BRASIL. Autoria própria (2022)

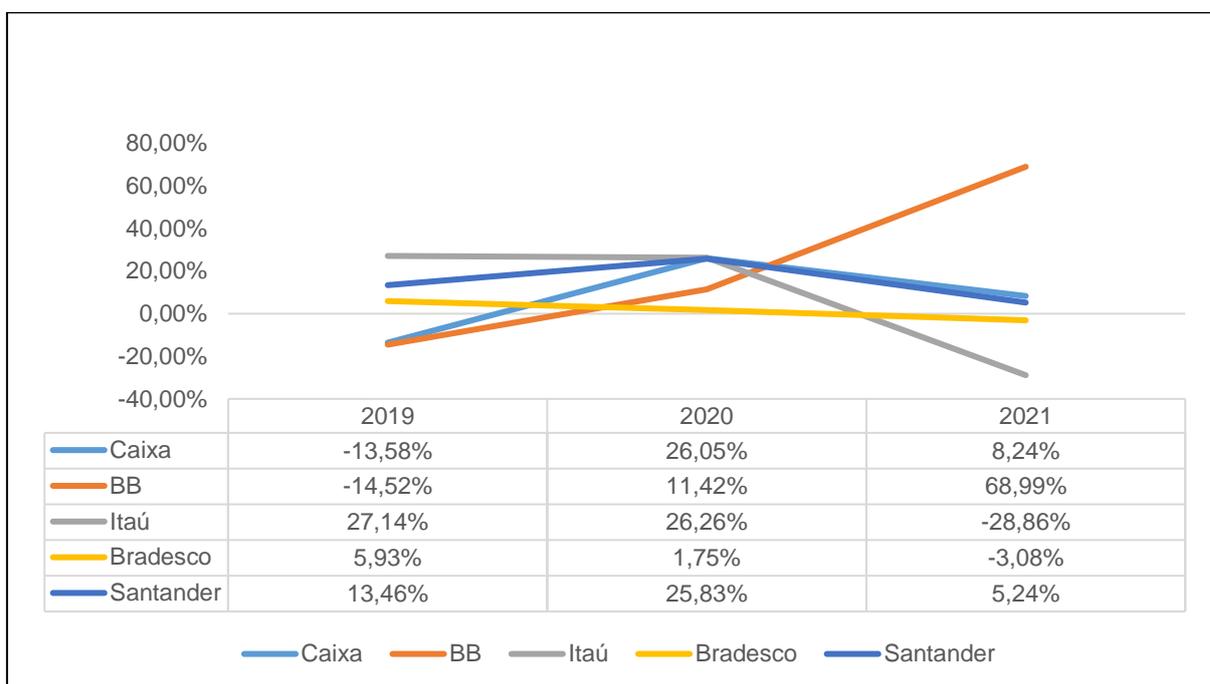
Em relação ao Banco Santander, no gráfico 16, nota-se um aumento do crédito para capital de giro, dobrando também de 2019 para 2020 assim como no caso do Itaú e Bradesco. O aumento foi tão significativo que ultrapassou a linha de crédito de operações com recebíveis e a linha de crédito para pessoa física no exterior, passando a liderar a carteira. Ressalta-se também que a linha de crédito para pessoa física no exterior vem aumentando significativamente desde 2018.

Gráfico 16: Análise da carteira de crédito para pessoa jurídica do banco Santander

Fonte: IF.DATA/BANCO CENTRAL DO BRASIL. Autoria própria (2022)

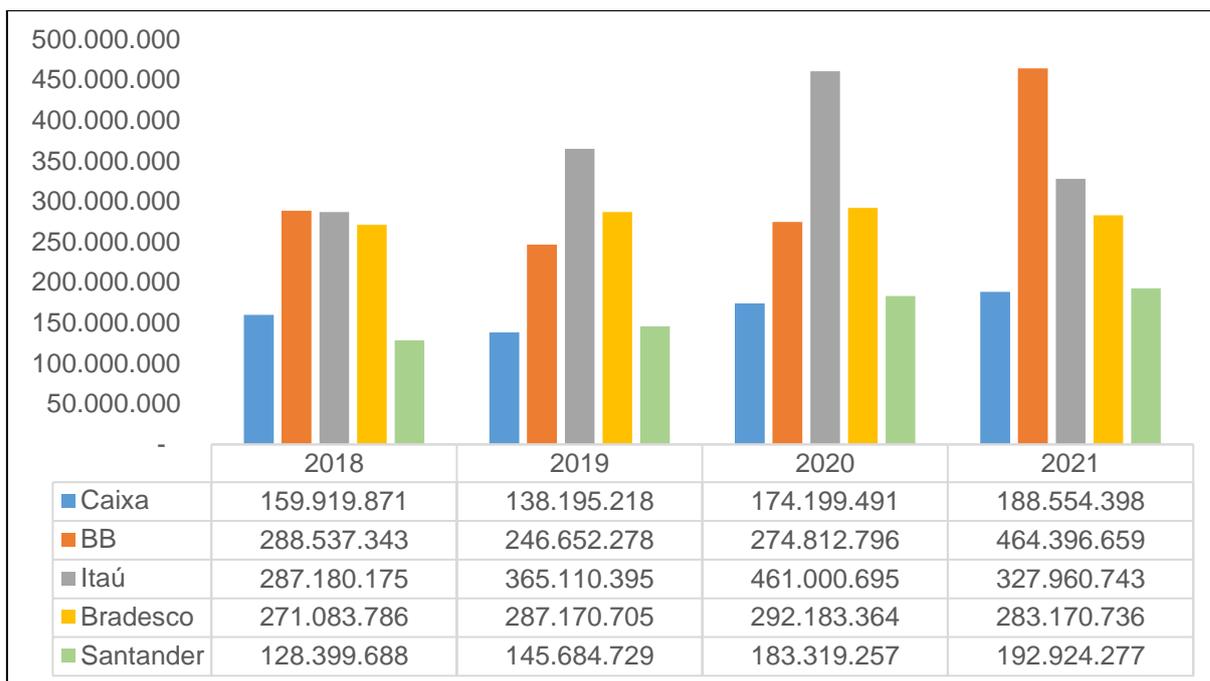
No gráfico 17, destinado a análise do crescimento da disponibilidade de crédito dos bancos em relação ao ano anterior, observa-se que no ano de 2021, enquanto na carteira de pessoa física apenas a caixa não aumentou o crédito acima de dois dígitos percentuais, na carteira de pessoa jurídica, exceto o Bradesco com 12%, todos os demais bancos tiveram crescimento abaixo de 10% em relação ao ano anterior.

Gráfico 17: Crescimento do crédito total de pessoa jurídica em relação ao ano anterior



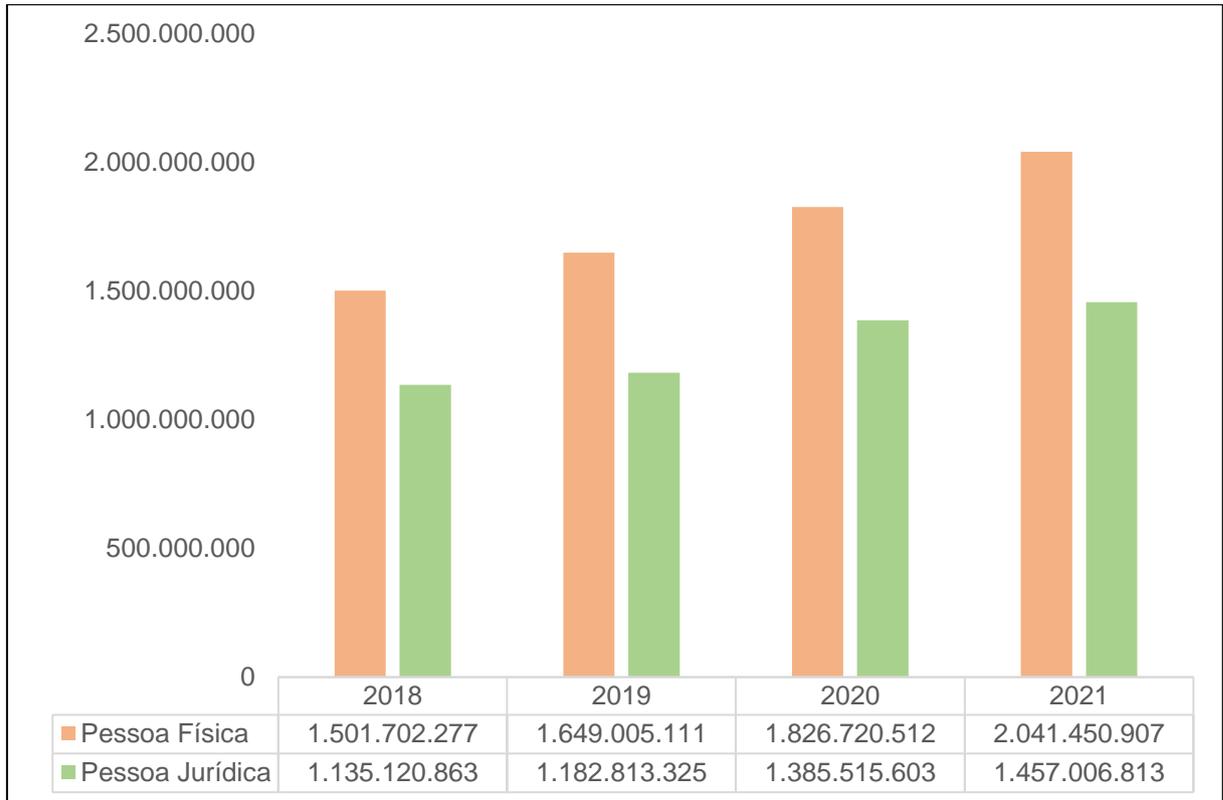
Fonte: IF.DATA/BANCO CENTRAL DO BRASIL. Autoria própria (2022)

No gráfico 18, nota-se a liderança do Itaú a partir de 2019, se distanciando de Banco do Brasil e Bradesco. Além disso, enquanto Caixa e Banco do Brasil lideram na carteira de pessoa física e ela não alterou sua ordem ao longo dos anos estudados, na carteira de pessoa jurídica tivemos troca na ordem de disponibilidade de crédito com o Itaú passando pra primeiro, o Bradesco subindo para o segundo lugar e o primeiro banco público aparecendo em terceiro que é o Banco do Brasil. A Caixa, que lidera o crédito para pessoa física, fica em último lugar na carteira de crédito para pessoa jurídica.

Gráfico 18: Análise de crédito disponibilizado para pessoa jurídica pelos bancos

Fonte: IF.DATA/BANCO CENTRAL DO BRASIL. Autoria própria (2022)

Nota-se no gráfico 19, último a ser analisado no presente trabalho, que a linha de crédito para a pessoa física e pessoa jurídica foram aumentadas em valores monetários em todos os anos estudados. Contudo, os bancos preferiram disponibilizar mais crédito para pessoa física pela instabilidade do momento, já que com a crise da Covid-19 afetou inúmeras empresas. Até junho de 2020, o país registrava mais de quatro milhões de empresas em atividade, embora muitas com ritmo reduzido de produção. Das 1,3 milhões restantes, 610,3 mil foram encerradas temporariamente e 716,4 mil foram encerradas definitivamente. De cada dez empresas que encerraram suas atividades temporária ou permanentemente, quatro foram por causa da Covid-19. (FORBES, 2020).

Gráfico 19: Comparação entre a carteira de pessoa física e pessoa jurídica

Fonte: IF.DATA/BANCO CENTRAL DO BRASIL. Autoria própria (2022)

CONCLUSÃO

Com o estudo, podemos observar que a pandemia causada pela Covid-19 causou um impacto muito grande na só economia brasileira, mas na economia global como um todo. Para suprir essa crise, medidas governamentais foram tomadas como a liberação de renda para a população mais necessitada, o chamado auxílio emergencial, aumento da liquidez do Sistema Financeiro Nacional (SFN) para suprir as demandas do mercado e aumento dos gastos com saúde.

Nota-se também uma expansão de crédito dos 5 maiores bancos da economia brasileira durante esse período, o que foi ocasionado por essas medidas adotadas pelo Banco Central para aumentar a liquidez e fazer com que o SFN tenha mais segurança para que os bancos possam manter e ampliar suas linhas de concessão de crédito.

Devido a isso, analisando os dados do período, é perceptível que os bancos do presente estudo ampliaram suas linhas de crédito, o que só aconteceu devido as medidas governamentais para dar segurança ao sistema para que isso ocorresse. Caso as medidas adotadas não tivessem surtido efeito para dar segurança ao mercado financeiro, a tendência era que os bancos reduzissem as concessões de crédito por se tratar de um período de crises e incertezas, conforme a teoria descrita por Minsky vista no capítulo 1.

Entretanto, um fato curioso é que, ao observar mais a fundo que linhas de crédito foram exploradas pelos bancos na carteira física e jurídica, vemos que ambos optaram por seguir a mesma estratégia: aumentar consideravelmente a linha de crédito para empréstimo consignado, em uma tentativa de aumentar a oferta de crédito para a população, mas de forma mais segura devido ao momento e a linha de crédito para habitação.

No caso da carteira de pessoa jurídica, vemos um aumento significativo na linha de capital de giro, o que pode ser visto como uma tentativa das instituições financeiras fazerem com que as empresas consigam sobreviver a esse período instável, principalmente porque muitas tiveram queda brusca de receita e inclusive muitos empregados foram demitidos nesse processo.

Contudo, percebe-se uma preferência dos bancos por ofertar crédito à pessoa física devido a maior segurança, já que muitas empresas faliram durante a pandemia, o que explica a disponibilização maior de crédito para essa carteira em relação a carteira de pessoa jurídica.

Conclui-se, portanto, que os 5 maiores bancos utilizaram a mesma estratégia para sair da crise causada pela pandemia: aumento significativo na oferta de crédito para pessoa física, principalmente na linha de empréstimo consignado e habitação, e aumento de crédito também na carteira de pessoa jurídica, principalmente na linha de capital de giro, mas com uma preferência a emprestar dinheiro para pessoa física devido a maior segurança.

Todavia, conforme divulgado pelo Boletim FINDE (2022), é um fato que as famílias têm comprometido parte maior de sua renda com a cobertura do serviço da dívida. Além disso, conforme também divulgado no Boletim, a compra de alimentos em supermercados tem sido crescentemente financiada com cartões de crédito, com juros altos e prazos curtos, comprometendo ainda mais a renda. Portanto, se os bancos continuarem aumentando a oferta de crédito para pessoa física, sendo que a população, de forma geral, está cada vez com mais dificuldade de pagar esses contratos de empréstimo e fazendo outros contratos para quitar concessões antigas, que possíveis impactos teriam pra economia brasileira se passássemos a ter boa parte das pessoas com um perfil de dívida Ponzi que as firma apresentam na teoria de Minsky? É uma situação preocupante e que merece reflexão.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **IBGE: inflação oficial fecha 2021 com alta de 10,06%**. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-01/ibge-inflacao-medida-pelo-ipca-fecha-2021-com-alta-de-1006#:~:text=Publicado%20em%2011%2F01%2F2022,10%2C06%25%20em%202021>

ALVES JUNIOR, A J. **Determinantes e Manifestações da Fragilidade Financeira do Setor Bancário para Economias Abertas – uma Perspectiva a partir de Minsky**. 2019.

ALVES JUNIOR, A.J ET ALL., **“Manifesto” in A Doença do Neoliberalismo – o falso dilema entre saúde e economia na pandemia do novo corona vírus, Marcelo Pereira Fernandes, Antonio José Alves Junior, Alexandre Jerônimo de Freitas e Rúbia Cristina Wegner (Orgs)**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2021 (p. 309-321)

BRASIL. CAMARA DOS DEPUTADOS. **A crise financeira mundial e seu impacto no Brasil**. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/3182/crise_financiera.pdf?sequence=1&isAllowed=y

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Histórico das taxas de juros**. 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de estabilidade econômica**. 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ref>

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Auxílio Emergencial 2021**. 2021. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/auxilio/auxilio2021/paginas/default.aspx#:~:text=O%20Aux%C3%ADlio%20Emergencial%202021%20%C3%A9,per%C3%ADodo%20de%20enfrentamento%20%C3%A0%20crise>

CARNEIRO, Ricardo; NOZAKI, William. **A economia política econômica no Brasil contemporâneo. Observatório da Economia Contemporânea**. 2021. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-economia-politica-da-politica-economica-no-brasil-contemporaneo/>

DIEESE: **Os cinco maiores bancos do país lucram R\$ 79,3 bilhões durante a pandemia, com aceleração da digitalização e fechamento de postos de trabalho e agências**. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2021/desempenhoDosBancos2021.html>

EPOCA NEGÓCIOS. **BC: concessão no crédito livre sobe 20,6% em 2021, na maior alta anual da série**. 2022. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2022/01/bc-concessao-no-credito-livre-sobe-206-em-2021-na-maior-alta-anual-da-serie.html>

FAGUNDES, Álvaro; FELÍCIO, César; SCIARRETTA, Toni. **Marcas da pandemia**. 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/coronavirus/a-economia-na-pandemia/>

FINDE. **Boletim FINDE**. 2022. Disponível em: <http://finde.uff.br/wp-content/uploads/sites/43/2022/04/Relatorio-7-1.pdf>

FORBES - **Mais de 500 mil empresas no Brasil fecharam na 1ª quinzena de junho por causa da pandemia**. 2020. Disponível em: <https://forbes.com.br/negocios/2020/07/mais-de-meio-milhao-de-empresas-no-brasil-fecharam-na-1a-quinzena-de-junho-por-causa-de-pandemia/>

FREITAS, Bruno Alexandre. **Crise financeira de 2008: você sabe o que aconteceu?** 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/crise-financeira-de-2008/>

FREITAS, Cristina. **A natureza particular da concorrência bancária e seus efeitos sobre a estabilidade financeira**. 1997. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/455/n.%208%2002-Cristina.pdf>

GOVERNO DO BRASIL. **Auxílio Emergencial é prorrogado até dezembro**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/09/auxilio-emergencial-e-prorrogado-ate-dezembro>

GOVERNO FEDERAL. **Vamos Vencer: Medidas de apoio ao setor produtivo**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/covid-19>

IPEA. **Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: os resultados dos microdados da PNAD Covid-19 de julho**. 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2020/08/os-efeitos-da-pandemia-sobre-os-rendimentos-do-trabalho-e-o-impacto-do-auxilio-emergencial-os-resultados-dos-microdados-da-pnad-covid-19-de-julho/>

JUNIOR, Antonio Jose. **Determinantes e Manifestações da Fragilidade Financeira do Setor Bancário para Economias Abertas – uma Perspectiva a partir de Minsky**. 2019.

KEYNES, J. M. **Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro**. 1983.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19/timeline/2022/marco/17-de-marco-de-2022>

MINSKY, Hyman. **"The Financial Instability Hypothesis"**. 1992. Disponível em: <https://www.levyinstitute.org/pubs/wp74.pdf>

MINSKY, Hyman P. Ph.D., **"Securitization"**. Hyman P. Minsky Archive 15. 1987. Disponível em: https://digitalcommons.bard.edu/hm_archive/15

MINSKY, H. P. **The financial-instability hypothesis: capitalist processes and the behavior of the economy**. Hyman P. Minsky Archive. Paper 282. 1982. Disponível em: http://digitalcommons.bard.edu/hm_archive/282

MINSKY, Hyman P. Ph.D., "**Stabilizing an Unstable Economy**". Hyman P. Minsky Archive. 144. 1986. Disponível em: https://digitalcommons.bard.edu/hm_archive/144

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. **Histórico da pandemia de Covid-19**. 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>

PAULA, Luiz Fernando; MARTINS, Norberto Montani. **Devemos voltar à austeridade fiscal no pós-pandemia de coronavírus?** 2020. Disponível em: <http://geep.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2020/05/PAULA-MARTINS.-Brasil-Debate.pdf>

PELLANDA, Andressa. **Austeridade fiscal e pandemia não deveriam coexistir, mas sob o governo Bolsonaro ambas se sustentam**. 2021. Disponível em: <https://campanha.org.br/noticias/2020/11/23/austeridade-fiscal-e-pandemia-nao-deveriam-coexistir-mas-sob-o-governo-bolsonaro-no-brasil-ambas-sao-sustentadas/>

REIS, Tiago. **Política monetária: o que é e como ela pode impactar na economia?** 2022. Disponível em: <https://www.sun.com.br/artigos/politica-monetaria/>

SANTANDER TRADE MARKETS. **Ferramentas e recursos para ajudar sua empresa expandir globalmente**. 2022. Disponível em: <https://santandertrade.com/es/portal/analizar-mercados/brasil/politica-y-economia>

UOL. **Auxílio emergencial: governo lança aplicativo e site para pedir os R\$ 600**. 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/07/auxilio-emergencial-coronavirus-caixa-aplicativo-app-informal-autonomo-mei.htm?cmpid=copiaecola>